



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

PATRÍCIA KARINA MARTINS

UNASUL - POSICIONAMENTO DO BRASIL FRENTE ÀS POLÍTICAS NORTE-AMERICANAS NO COMBATE AO NARCOTRÁFICO NA AMÉRICA LATINA PÓS-GUERRA FRIA: PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS NO GOVERNO LULA

Florianópolis,

2014

PATRÍCIA KARINA MARTINS

UNASUL - POSICIONAMENTO DO BRASIL FRENTE ÀS POLÍTICAS NORTE-AMERICANAS NO COMBATE AO NARCOTRÁFICO NA AMÉRICA LATINA PÓS-GUERRA FRIA: PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS NO GOVERNO LULA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof^a Dr^a Juliana Lyra Viggiano Barroso

Florianópolis,

2014

PATRÍCIA KARINA MARTINS

UNASUL - POSICIONAMENTO DO BRASIL FRENTE ÀS POLÍTICAS NORTE-AMERICANAS NO COMBATE AO NARCOTRÁFICO NA AMÉRICA LATINA PÓS-GUERRA FRIA: PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS NO GOVERNO LULA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho. A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota (6,0) ao aluno (Patrícia Karina Martins) na disciplina CNM 7280 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Aprovado em 15 de julho de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Orientador: Juliana Lyra Viggiano Barroso

Profª Drª Graciela De Conti Pagliari

PPGD: Ligia Ribeiro Vieira

DEDICATÓRIA

A Deus, que em todos os momentos de minha vida está presente;

À minha mãe que se doou inteira muitas vezes renunciando aos seus sonhos para que fosse possível realizar os meus;

À minha Orientadora por ceder horas preciosas de sua vida para o ensinamento de qualidade.

Aos Professores dedico minha gratidão e agradecimento pelo compartilhamento de experiências para ser possível chegar até aqui.

Aos colegas de curso que deixaram menos árdua cada tarefa que parecia impossível.

A todos que me ensinaram a sempre tomar a decisão correta

“A Diplomacia compreende a ação externa dos governos expressa em objetivos, valores e padrões de conduta, vinculados a uma agenda de compromissos pelos quais se pretende realizar determinados interesses” (CERVO, 2008, p 8)

RESUMO

A política externa do Brasil é um subproduto da posição privilegiada do país como uma potência regional na América do Sul, um líder entre os países na cooperação econômica e desenvolvimento coletivo dos esforços de segurança, e uma potência mundial emergente. A política externa brasileira tem se baseado nos princípios do multilateralismo, resolução pacífica de conflitos, e não intervenção nos assuntos de outros países. Estes princípios permitiram ao Brasil manter relações pacíficas com todos os países e desempenhar um papel maior nos assuntos globais do que a sua economia e poder geopolítico. Com base em seus princípios tradicionais, a política externa brasileira sob a administração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem enfatizado três áreas de ação. Precisamente são reforçar as relações com parceiros tradicionais, com os países sul-americanos vizinhos e manter relações políticas e econômicas tradicionais com os Estados Unidos e Europa, assim como, diversificar as relações com outras nações do mundo em desenvolvimento e apoiar, sobretudo uma política de caráter multilateralista. O objetivo deste estudo é analisar o posicionamento do Brasil frente às políticas norte americanas no combate ao narcotráfico na América Latina, para isto abordam-se as relações de segurança do Brasil para a América do Sul do Pós-II Guerra até os anos de 1990, as relações externas entre o Brasil e os Estados Unidos, as relações internacionais do Brasil na América Latina, a União de Nações Sul-Americanas – Unasul, entre outras questões pertinentes. A principal hipótese deste estudo é a de que existe uma nova postura do governo Lula frente às políticas de segurança Norte-Americana no combate ao narcotráfico na América do Sul através, principalmente, do projeto Sul-Americano de construção da UNASUL.

Palavras Chaves: Brasil, Estados Unidos, Narcotráfico, UNASUL

ABSTRACT

Brazil's foreign policy is a byproduct of the country's privileged position as a regional power in Latin America, a leader among countries in economic cooperation and development of collective security efforts, and an emerging world power. Brazilian foreign policy has been based on the principles of multilateralism, peaceful dispute settlement, and nonintervention in the affairs of other countries. These principles have enabled Brazil to maintain peaceful relations with all countries and play a bigger role in global affairs than its economy and geopolitical power. Based on its traditional principles, Brazilian foreign policy under the administration of President Luis Inácio Lula of Silva has emphasized areas of action, strengthen relations with traditional partners like the South American countries neighboring the United States and Europe, diversifying relations with the other nations of the developing world to support multilateralism and pushing for democratization of governance style. The objective of this study is to analyze the position of the front of the Brazil North American policies in combating drug trafficking in Latin America, for this approach is security relations from Brazil to South America's post-II World War until 1990, external relations between Brazil and the United States, the international relations of Brazil in Latin America, the Union of South American Nations - UNASUR, among other relevant matters. The main hypothesis of this study is that there is a new stance facing the Lula government's stance in the face of U.S. security policies in combating drug trafficking in South America issues primarily through the South American project to build the UNASUR.

Keywords: Brazil, United States, Drug Trafficking, UNASUR.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I - HISTÓRICO DAS RELAÇÕES DE SEGURANÇA DO BRASIL PARA AMÉRICA DO SUL DO PÓS-II GUERRA ATÉ 1990.....	3
1.1 POLÍTICA DE SEGURANÇA BRASILEIRA PÓS-II GUERRA ATÉ 1990.....	3
CAPÍTULO II - RELAÇÃO DO BRASIL PARA A AMÉRICA DO SUL NO PÓS-GUERRA FRIA E DURANTE O GOVERNO LULA: SUA POLÍTICA DE SEGURANÇA, O PROJETO SUL-AMERICANO E A CONSTRUÇÃO DA UNASUL.....	18
2.1 AMÉRICA DO SUL PÓS GUERRA FRIA BASES DA UNASUL.....	18
CONCLUSÃO.....	38
REFERÊNCIAS.....	41

INTRODUÇÃO

A economia do Brasil tem crescido na atualidade. O país passou a ser a oitava maior economia do mundo, com isto consolidou seu poder na América do Sul, estendeu sua influência para toda a região, e torna-se cada vez mais proeminente no palco mundial. O governo de Barack Obama (Presidente dos Estados Unidos) tem apresentado o Brasil como um centro emergente de influência e liderança em questões bilaterais, hemisféricas e globais. Nos últimos anos, as relações Brasil e EUA têm geralmente sido positivas, apesar de a priorização brasileira do governo Lula ser fortalecer as relações com seus países vizinhos e expandir seus laços políticos e econômicos com parceiros não tradicionais como no caso do BRICS. Embora existam algumas divergências entre Brasil e Estados Unidos verifica-se a continuidade de ações políticas bilaterais tradicionais até mesmo em questões incluindo combate ao narcotráfico, contraterrorismo, a segurança energética, o comércio, os direitos humanos, bem como a segurança ambiental.

A política externa do Brasil é um subproduto da posição privilegiada do país como uma potência regional na América do Sul, um líder entre os países na cooperação econômica e desenvolvimento coletivo dos esforços de segurança, e uma potência mundial emergente. A política externa brasileira tem se baseado nos princípios do multilateralismo, resolução pacífica de conflitos, e não intervenção nos assuntos de outros países. Estes princípios permitiram ao Brasil manter relações pacíficas com todos os países e desempenhar um papel maior nos assuntos globais. A administração do Governo Lula começou a desenvolver sua ampla defesa na construção de um bloco de poder regional Sul-Americano que envolveria necessidades e ações dos países que dele fizessem parte, assegurando menores possibilidades de ingerência em seus assuntos internos. O Brasil por sua parte, assumindo um papel de liderança do bloco, seria observado, no cenário internacional, como potência regional e assim o assento permanente no Conselho de Segurança da ONU estaria mais próximo de ser concretizado.

Diante disto, o objetivo deste estudo é analisar o posicionamento do Brasil frente às políticas norte americanas no combate ao narcotráfico na América Latina, para isto abordam-se as relações de segurança do Brasil para a América do Sul do Pós-II Guerra até os anos de 1990, as relações externas entre o Brasil e os Estados Unidos, as relações internacionais do Brasil na América Latina, a União de Nações Sul-americanas – Unasul, entre outras questões pertinentes. A principal hipótese deste estudo é a de que existe uma nova postura do governo

Lula frente às questões Sul-Americanas através, principalmente, do projeto Sul-Americano de construção da UNASUL.

Em relação à Metodologia de pesquisa, preliminarmente, foi desenvolvida a parte teórica a partir de levantamentos bibliográficos, sendo então a pesquisa descritiva e exploratória. Trata-se de uma metodologia exploratória, empírica e bibliográfica, pois se baseia em livros, revistas e informações onde se entende ser relevante ao nosso trabalho, sendo voltadas para os processos e aspectos envolvidos na pesquisa. A metodologia do estudo bibliográfica e exploratória foi constituída de pesquisas atuais e em estudos informativos que representam as questões referentes à UNASUL, mais especificamente em relação ao posicionamento do Brasil frente às políticas norte americanas no combate ao narcotráfico na América Latina. Nesse contexto, a pesquisa se realizou principalmente em livros e artigos científicos.

Pela natureza do problema está pesquisa é classificada como qualitativa este tipo de pesquisa tem como objetivo principal interpretar o fenômeno que observa, ou seja, observar, descrever, compreender e significar o problema, ou seja, ela apresenta uma dinâmica que busca a melhoria dos processos e a interpretação dos fenômenos pelos resultados encontrados, a partir da atribuição de significados colocados pelo pesquisador. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O pesquisador é considerado o instrumento-chave por analisar os dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem neste tipo de pesquisa.

Em relação à delimitação do estudo, a principal delimitação a ser considerado foco da pesquisa é o estudo aprofundado das questões relacionadas à UNASUL cabendo a pesquisa somente investigar, interpretar e analisar as questões relacionadas ao posicionamento do Brasil frente as políticas norte americanas no combate ao narcotráfico na América Latina assim como a necessidade de formação regional de um sistema político de segurança, o CDS (Conselho de Defesa Sul-Americano), que fortalecido pode servir de contorno político contra possíveis ingerências internas contra qualquer que seja o país do Bloco UNASUL, assim como proeminência do líder do Bloco (Brasil) no sistema internacional estando mais próximo de uma das cadeiras permanentes do Conselho de Segurança da ONU.

1 - HISTÓRICO DAS RELAÇÕES DE SEGURANÇA DO BRASIL PARA AMÉRICA DO SUL DO PÓS-II GUERRA ATÉ 1990

1.1. POLÍTICA DE SEGURANÇA BRASILEIRA E AMÉRICA LATINA PÓS-II GUERRA ATÉ 1990

Atualmente, o problema referente ao tráfico de drogas ou narcotráfico no mundo tem se mostrado um dos maiores desafios apresentados à comunidade internacional. Ações políticas isoladas e de caráter puramente nacional têm se mostrado ineficazes no combate ao tráfico frente à abertura de fronteiras, potencialização dos fluxos de bens, de pessoas e de capitais advindos de processos de globalização. Com a intensificação dos fluxos de bens de consumo, de pessoas e de capital acarretada pela globalização, principalmente a partir da década de 1970, o tráfico internacional de drogas, seguindo a ordem política e econômica vigente, também se globalizou (FILHO & VAZ, 1997). Desta forma, em grande parte dos casos, não é possível encontrar uma resolução eficiente apenas por meio de políticas estatais domésticas, visto que se trata de um problema que deve ser atacado de forma mais ampla através da ação conjunta dos Estados.

O uso de mecanismos de segurança coletiva para o enfrentamento das questões relacionadas ao narcotráfico teve maior vulto nas ações desenvolvidas pelos EUA no Pós-Guerra Fria. RODRIGUES (2002) destaca que o narcotráfico passou a ser conceituado como “o amálgama que congrega e patrocina diversas manifestações da criminalidade organizada”, passando, desde então a ser o ponto de mira dos Estados que, desde então passam a discutir além de assuntos tradicionais e de pauta obrigatória como a internacionalização de suas economias, mas agora passam também a contemplar em suas agendas necessidades sobre o fortalecimento conjunto de políticas repressivas à produção, tráfico e consumo de drogas. “Nesse sentido as convenções internacionais permitiram a formação de uma jurisdição internacional para conter o avanço do narcotráfico, bem como incentivar a cooperação entre Estados para efetivar as medidas de combate ao tráfico” (SANTOS, 2010, p.5).

Somente a partir do século XX o tema relativo aos psicoativos ganha relevância internacional. Os EUA foram o primeiro país a intentar a internacionalização do problema. Desde a conferência em Xangai, em 1909, a caracterização, a listagem e a forma de combate às drogas têm sido disseminadas como responsabilidade internacional.

A necessidade de uma rede de cooperações toma seu espaço. Em 1946 o tema da

Convenção do Fórum das Organizações das Nações Unidas foi o combate ao narcotráfico. Segundo GEHRING (2012) a unificação dos instrumentos internacionais para controle e fiscalização dos ilícitos aconteceu somente em 1961 durante a “Convenção Única de Estupefacientes”. Outro acontecimento determinante para o aumento da preocupação com o assunto foi a “epidemia da cocaína” do fim da década de 1970 (ALEXANDRE, VILHENA, MENDONÇA & CUNHA, 2013).

A internacionalização do problema foi um dos fatores que conferiu a este maior espaço nas discussões das organizações internacionais a partir da década de 1980. Entre 1987 e 1988, aconteceram as Conferências das Nações Unidas contra o tráfico “Ilícito de Narcóticos e Substâncias Psicotrópicas” mobilizando a necessidade de uma assistência recíproca internacional. Criou-se a Organização dos Estados Americanos (OEA) no ano de 1948, o mais antigo organismo regional do mundo, conhecido por Sistema Interamericano. Como especificado em sua página oficial (www.oas.org) a criação desta instituição teve como fundamento, assim como estipula o Artigo 1º da Carta, “uma ordem de paz e de justiça, para promover sua solidariedade, intensificar sua colaboração e defender sua soberania, sua integridade territorial e sua independência”. Entretanto, foi através do Decreto nº 154, de 26 de junho de 1991 que foi promulgada a Convenção contra o tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas incorporando o assunto à sua agenda.

A partir desta data o reconhecimento da ligação de várias atividades criminosas relacionadas ao tráfico de ilícitos e este como um movimento ameaçador da estabilidade, segurança e soberania dos Estados. A partir de então a busca por resultados eficazes através da aplicação de políticas conjuntas das Américas, expansão da agenda de segurança, na contenção dos ilícitos e do que ele pudesse representar.

O Brasil faz parte dos países que aderiu a várias Convenções Internacionais na tentativa de também se fortalecer contra o narcotráfico. Ratificou tratados e acordos no âmbito da ONU, OEA bem como acordos bilaterais. Segundo o artigo 65 da Lei 11.343/2006, o Brasil se orienta através das Convenções das Nações Unidas e instrumentos jurídicos internacionais e colabora com a cooperação a outros países e organismos internacionais. Ou seja, fazem o intercâmbio de informações sobre projetos, legislação, programas de prevenção e tratamento, intercâmbio policial sobre produção, tráfico e troca de informações sobre questões judiciais (SANTOS, 2011).

Dentre tantos esforços comunitários nacionais e internacionais, há pontos de discordâncias também, e estas se fazem às políticas de contenção e extermínio dos narcóticos na sua forma mais ampla. A questão da segurança coletiva, segundo VILLA (2010), ao

envolver nações com significativas assimetrias e motivações distintas tem se mostrado questionável.

Temos um exemplo considerável desta postura. Apesar de a agenda de segurança do Brasil, mesmo antes da II Guerra Mundial ter um caráter construtivo *vis a vis* os EUA, mesmo assim pode-se perceber, conforme VILLA (2010) que o Brasil, ao mesmo tempo, zelou pela autonomia de sua política externa indo de encontro a algumas propostas apresentadas pela delegação dos Estados Unidos via OEA no tocante ao assunto de segurança internacional. Até então, a política vigente na área de segurança sempre foi convergente, porque não diremos dependente das ações e princípios estabelecidos pelos EUA.

Logo após a II Guerra Mundial o que dominava na América do Sul, no Brasil, era o estabelecimento de alianças entre a Grande Potência, EUA, e seus “subordinados” promovendo nesta ordem a determinação das políticas estadunidenses no Sul do Continente Americano. Isso, por sua vez, reduzia, limitava as definições da política externa brasileira e também ações de políticas domésticas na América do Sul. Isso se dá a partir do momento em que o Pós-II Guerra Mundial estimula uma competição entre as Grandes Potências. Na América do Sul a influência estadunidense, após 1945 produziu modelos cooperativos que limitavam suas ações tanto no âmbito doméstico, regional e internacional.

De acordo com MOURA (2012) o envolvimento substancial de políticas de defesa territorial com proporções hemisféricas foi instaurado, pela primeira vez, na década de 1945. “De fato, os Estados Unidos haviam insistido na aprovação, na Conferência do México, de uma resolução intitulada “Assistência Recíproca e Solidariedade Americana” que previa a defesa mútua contra agressão interna ou externa” (MOURA, 2012). O novo bastião da segurança após a II Guerra Mundial era a “defesa hemisférica”, ou seja, coletiva, mas, para isso, era necessário que os países envolvidos tivessem limitada sua soberania. “O Itamaraty se impressionou com os efeitos jurídicos do tratado, que envolvia a limitação voluntária da soberania nacional em favor de decisões e ações coletivas” (Idem).

Os acordos se estabeleceram e o Brasil achou que seria uma ótima ocasião para se tornar “aliado especial” dos EUA, se articulando com este para se blindar contra a Argentina. Procuravam permanecer como país da América Latina com maior potencial militar originado de sua participação na II Guerra Mundial ao lado dos Aliados. “Tendo lutado na guerra, as forças armadas brasileiras gozavam de maior potencial militar entre seus vizinhos latino-americanos e o governo brasileiro estava determinado a reforçar esta posição, particularmente em relação à Argentina” (Idem). Desta maneira, ainda segundo o autor, se o Brasil passasse a ser distinguido como “aliado especial”, evidentemente seu ganho relativo seriam muito

maiores com a grande potência, ou seja, lucraria com as relações bilaterais com os Estados Unidos da América. “Por este motivo, inclusive, era importante se identificar com Washington nas reuniões interamericanas” (MOURA 2012).

Após a II Guerra Mundial, o político, econômico e no que diz respeito às políticas de segurança foram de total alinhamento com os EUA. “A premissa básica dos líderes políticos e militares brasileiros era a afirmação da posição especial do Brasil *vis-à-vis* os Estados Unidos” (MOURA, 2012). Considerando essas premissas, o autor observa que o Brasil passou cada vez mais a apoiar e se envolver em políticas de caráter multilateral. Seus interesses contemplavam também e principalmente em esforços direcionados às relações bilaterais Brasil-Estados Unidos. “De acordo com esta ideia, a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial havia assegurado seu tratamento especial entre as nações americanas, uma posição que deveria ser preservada para assegurar a predominância do Brasil na América do Sul” (MOURA, 2012).

A conjuntura da Guerra Fria levou o Brasil, e os demais Estados da América Latina uma combinação de apoio alicerçado por obrigações de segurança hemisférica mútua através de acordos multilaterais enredados pelo Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) que estabelecia compromissos de defesa estadunidense com o Brasil desde 1947 e arranjos regionais congruentes aos objetivos da ONU. Por um lado isso promoveu e consolidou o sistema de poder estadunidense, como destaca MOURA (2012) e por outro lado o Brasil procurava liderar as políticas de segurança na América do Sul, cuja principal ameaça era o tipo de aliança estabelecida entre Argentina e EUA. Se àquela se fortalecesse militarmente impulsionada pelos EUA, isso poderia ameaçar o lugar que o Brasil almejava regionalmente.

Nessa busca por maior autonomia em âmbito regional seria mais provável desenvolver uma sensibilização internacional, percebendo-o mais preparado para representar a região através do reconhecimento internacional de um líder regional. Mas, primeiro, seu grau de subordinação às ideologias políticas da potência Norte Americana deveria ser a expressão dessa vontade. E era isso que a política externa brasileira tinha que representar a convergência dos planos e ações das políticas estadunidenses. Consoante o autor os esforços Norte-Americanos se concentravam, naquele momento, em múltiplas iniciativas para “exterminar” a influência do Eixo. Isto acarretava fundamentalmente na afirmação de suas ideologias perante o mundo como, por exemplo, na organização militar, meios de controle social, na economia, em política externa e diversos outros setores. “Esses esforços deliberados de manipular a política do Brasil (e de outros países latino--americanos) constituíram um passo importante na

construção do *sistema de poder* dos Estados Unidos.” (MOURA, 2012). Assim estabeleceu-se as relações de segurança do Brasil para a América do Sul sob gestão de um sistema de poder estadunidense pós II Grande Guerra Mundial e durante a Guerra Fria, ou seja, o período que vai de 1945 até 1990.

Findo o período histórico acima, novos paradigmas políticos se estabeleceriam, mudanças significativas no campo da segurança internacional seriam manifestadas. “Em termos de objetivos estratégicos, o governo norte-americano se concentraria em duas agendas: a promoção das reformas neoliberais e o combate ao comércio ilícito de drogas” (HERZ, 2002). A nova agenda de segurança norte americana passou a incluir:

“(...) o apoio à democracia, política de migração, proteção de fronteiras, terrorismo, **tráfico de drogas**, desastres naturais e meio ambiente; além dos temas mais tradicionais, como o controle de produção e transferência de armamentos, resolução de disputas de fronteira, o papel das organizações regionais ou globais de segurança e as insurreições armadas. Destacam-se dentre esses o **tráfico de drogas** e a imigração ilegal que são objetos de políticas envolvendo o uso ou a ameaça do uso de violência”. (HERZ, 2002, grifo nosso).

O foco para estabelecimento de políticas Norte Americanas contra as novas ameaças são a região Andina (na década de 80 era a América Central), com foco na Colômbia, pois, dados apontam que este país lidera como principal fornecedor de cocaína e heroína para os EUA. Também, a Colômbia, neste momento, apresenta-se como Estado fraco, que não controla seu território e possui baixa legitimidade. Desta forma acaba chamando bem mais a atenção das políticas de segurança internacional norte americana. A propósito, os atentados de 11 de setembro é o marco que passa a caracterizar políticas de segurança norte americanas como processo de manutenção da paz mundial, de acordo com HERZ (2002).

Por esta razão novas formas de cooperação regional serão fomentadas. Acentua ainda que naquele momento histórico a política de segurança norte-americana para todo o continente firmava-se sobre o prenúncio de ameaça decorrente de potências externas. Este cenário de insegurança se manteve “pelo menos até o final da Guerra Fria, hoje aquelas que surgem no próprio continente americano adquirem crescente relevância. As “novas ameaças” que galvanizam energias em Washington são as migrações descontroladas e o tráfico de drogas.” (HERZ, 2002). Na Administração Bush (Presidente dos EUA entre 2001 e 2009), por exemplo, a “guerra contra as drogas” estava declarada, esta era uma das prioridades do seu

governo, elaborando assim, estratégias políticas contencionistas.

Uma amostra disso esclarece HERZ (2002), é que “a natureza das ameaças supracitadas dificulta a divisão entre esferas civis e militares, entre o interno e o externo, sendo difícil de definir as jurisdições de diferentes agentes que não são claras” (HERZ, 2002). O autor ainda avalia que o ponto de estímulo para a participação das Forças Armadas Latino-Americanas em operações policiais dentro do contexto que se apresentava, ou seja, de luta antidrogas ou nas operações relacionadas à paz entra em conflagração com a autoimagem das diversas corporações como defensoras da integridade territorial do Estado.

Este é um dos momentos em que o Brasil se apresenta munido de uma política de “enfrentamento”. Conforme a compreensão de alguns críticos da área de segurança, um dos momentos marcantes, em que o Brasil se mostra contrário à visão Norte Americana é aquele em que se mostra combatendo a ideia da união de forças armadas à forças policiais nacionais na colaboração de um esforço mútuo. Assim seria a luta contra as drogas, terrorismo e também contra migração ilegal. Este posicionamento passa a ser conferido como o início de uma política de “enfrentamento” aos Estados Unidos. A política brasileira igualmente não concordou, por exemplo, na existência de grupos terroristas em seu território nacional, assim como negou a nomenclatura terrorismo criada pelos Estados Unidos e aceita pela Colômbia com relação a alguns grupos guerrilheiros.

As estratégias disseminadas pelo sistema de poder Norte Americano naquele instante histórico era o de conter toda e qualquer ameaça ligada a ideologias políticas e socioeconômicas comunistas, já que deveria ser percebida como ameaça comum. A despeito disso MAIOR (2001) explica que a partir da segunda metade da década de 80 a política de Washington para o Brasil como para toda a América Latina convertia-se em nada mais do que em um subproduto da Guerra Fria. Em vista disso o Brasil passou a buscar uma identificação política com aquele que por outro lado buscava a defesa e permanência de sua hegemonia, esta busca pela identificação com os Estados Unidos sofreria alterações ao longo do tempo na busca por maior autonomia no cenário internacional. Portanto, o autor salienta que

“observadas no contexto histórico mais amplo, tais flutuações nos rumos da nossa política externa podem ser consideradas como oscilações em torno da tendência geral no período considerado centrada no objetivo de desenvolvimento econômico e na identificação política com os Estados Unidos e a grande aliança ocidental. Mudanças capazes de caracterizar uma efetiva inflexão naquela tendência só ocorreriam a partir de

1990, em função de profundas alterações dos condicionantes externos e internos num curto espaço de tempo” (MAIOR, 2001).

O autor continua demonstrando o argumento histórico das relações de política externa entre o Brasil e Estados Unidos sintetizando que na nova conjuntura nacional e internacional, dentro das constantes tradicionais da política externa brasileira na segunda metade do século passado deveriam ter sofrido revisão. “Objetivamente, a fidelidade ao Ocidente, que com os reparos que possam ser feitos à maneira como às vezes se manifestou poderia, no contexto da Guerra Fria, ser explicada como a necessária opção política por um dos dois centros de poder, perde sua justificativa” (MAIOR, 2001)

BONILLA (2003) também consente que os anos 90 foram um período de significativas mudanças em todo o sistema político internacional. Em âmbito regional, mais precisamente, na América Latina, a influência Norte Americana passa a condicionar iniciativas tanto de caráter político quanto econômico sendo o executor das agendas de segurança reconfigurada em um espaço “novo” de hegemonia dos Estados Unidos através principalmente da OEA.

Os antigos e convencionais temas característicos da Guerra Fria, segundo BONILLA (2003), se modificam “diante de uma nova configuração política e econômica resultante da cessação da bipolaridade em que estavam os pilares do mundo”. As ameaças já são outras e agora carregam uma denominação comum, transnacional onde o foco mais pungente está em regiões andinas como alerta os Estados Unidos. Dentre as ameaças que se fazem mais notável está o narcotráfico, delinquência organizada, “terrorismo”, fracasso dos Estados em controlar seus espaços e sua população. Reforçando, o contexto de disputa já não é mais o da bipolaridade, assim como era nos anos 80, o que há é um novo reordenamento do sistema internacional aonde a maior potência militar do mundo é os Estados Unidos e, em virtude de uma liderança global, passa a promover valores seus em larga escala como narra BERTAZZO (2007).

Na época das relações convergentes às políticas Norte-Americanas (Pós-II Guerra Mundial), como frisa MAIOR (2001) o objetivo primordial elencado pelo Brasil era o desenvolvimento nacional. Desta maneira, sua demanda por assistência financeira foi apoiada, orientada por injeções de capitais através de políticas Norte-Americanas. Os EUA buscavam garantias de dominação mundial. Desta forma, naquele momento, o Brasil decidiu pela manutenção sólida de alinhamento com as políticas Norte-Americanas. A política a ser seguida era àquela de bloco, de alguma forma, era a continuação própria da orientação já

elegida antes mesmo do conflito, entretanto esta política refletia também a certeza de que esta seria a maneira mais adequada para conseguir da potência hegemônica o amparo fundamental aos desdobramentos evolutivos do país. Assim apreciaria “conseguir o apoio externo ao seu projeto de desenvolvimento pela remoção dos obstáculos existentes ou pela mobilização dos recursos necessários passara a ser uma preocupação central da nossa política internacional” (MAIOR, 2001).

O papel de estabelecimento de regras e mobilização de cooperação internacional entre as Américas fica a cargo da OEA que inclui, desde seu recorte inicial, o fortalecimento das instituições democráticas, da disseminação de um novo tipo de cooperação e de caráter abrangente, sobretudo na área de segurança internacional, todavia o caráter abrangente dessa cooperação, segundo VILLA (2003) é de que sejam também tendenciosos no tocante em que nos alerta de que estas instituições multilaterais, mais precisamente no caso da OEA de que “não constitui nenhuma novidade que organismos multilaterais regionais sejam utilizados como mecanismos de legitimação da ação estatal internacional do ator hegemônico”.

Tal disseminação na busca por fortalecimento, em um primeiro momento, é estimulada e desenvolvida através da ideia do fortalecimento do Estado de Direito e da Democracia, com o objetivo de levar benefícios para as áreas a ser protegidas, sendo tutor da defesa aos direitos humanos, segurança pública, comércio e investimentos, assim como, o *combate ao tráfico de drogas*. “Nessa perspectiva de redefinição das ameaças à segurança nacional se encaixa a problemática de produção e tráfico de drogas na América Latina” (OSTOS, 2005).

Contudo, MAIOR (2001) menciona um período importante e talvez àquele que seja de significativa representação do que viriam a ser as “novas” diretrizes da política de segurança dos Estados Unidos.

“[...] No exterior, os atentados de 11 de setembro de 2001 fizeram da luta contra o terrorismo o ponto focal da política externa americana e ofereceram o pretexto perfeito para que a administração de George W. Bush assumisse abertamente o viés unilateralista de que já vinha sendo acusada e que, bem antes da eleição do atual Presidente americano, já era publicamente defendido por alguns dos seus atuais assessores. Nesta mesma época, no Brasil (2002), pela primeira vez, mais de 50% dos eleitores levaram ao poder, um presidente de esquerda, cuja política externa se anunciava substantivamente divergente da linha de Washington, embora com a intenção declarada de manter boas relações com os Estados Unidos e a aparente convicção de que conseguiria” (MAIOR, 2001, p. 15)

Consoante VILLA e OSTOS (2005) cabem ressaltar que, no ano de 2001, houve a partir da iniciativa do Governo Bush, a formalização de uma política chamada Iniciativa Regional Andina do Plano Andino. Segundo os autores, “uma tentativa de Bush em fornecer apoio financeiro aos países daquela região”. Esse apoio financeiro estende-se também para Brasil e Panamá. Por outro lado, os Planos Colômbia e Iniciativa Andina Antidrogas fizeram emergir diversas adversidades entre vizinhos andinos. Torna-se patente o chamado “efeito balão” aonde as tensões entre seus vizinhos tendem a aumentar a partir do momento que políticas Norte-Americanas, “Implementadas” na Colômbia, como a utilização de bases militares Norte-Americanas para controle do narcotráfico, tendem a escorrer para os países vizinhos como o Brasil, havendo, portanto, nessas atuações militares, risco à soberania nacional.

Por esta e diversas outras razões o Brasil se mostra contrário, em determinados aspectos, mais especificamente às instalações físicas militares norte americanas em seu país “o governo brasileiro considerava que a via militar, como os Estados Unidos propunham, não resolveria a crise e recusou-se terminantemente a permitir a utilização de qualquer base ou outras instalações militares em seu território para operações na Colômbia” (BANDEIRA, 2008).

O novo formato desenvolvido pelas políticas de segurança dos Estados Unidos no combate a ilícitos na América Sul passaram a figurar-se como ameaça à soberania de alguns países, como o Brasil, no tocante ao Plano Colômbia. “Cada vez mais, as percepções de ameaça, que antes focavam um genérico risco de intervenção dos países ricos devido a pressões da opinião pública mundial, passaram a se concentrar num cenário e numa situação mais concreta” o combate ao narcotráfico na Região Andina, sob a égide de políticas de segurança Norte-Americana, o Plano Colômbia, trouxe em seu cerne o aumento das coações dos Estados Unidos “no sentido da participação decidida das Forças Armadas brasileiras no combate ao narcotráfico” (CASTRO, 2006).

Atualmente os EUA possuem comandos militares na América do Sul, como Colômbia, Peru, Paraguai e Chile. A presença militar dos Estados Unidos na América do Sul gera polêmica e suscita a rejeição da maioria dos membros da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), os quais veem nisso uma ameaça iminente (VILLA, 2010).

De acordo com OSTOS e VILLA (2005), o Brasil têm se mostrado mais participativo, ativo em relação às questões de segurança regional que pode ser visto como um paradoxo.

CASTRO (2006), contudo menciona que o debate brasileiro a partir dos anos 90 passa a ser de preocupação com relação ao Plano Colômbia. Para demonstrar esse argumento o autor menciona que “A partir de então, as discussões estratégicas militares passaram a se fundar nas ameaças à soberania brasileira criada pelas tensões Norte-Sul”, o perigo comunista já estava por terra e novos objetos passariam a ser às novas apreensões, consequências agora de um mundo unipolar. Há, a partir daí, a necessidade de aplicação de novas noções em torno do dimensionamento doutrinário do termo soberania. É a partir desta nova conjuntura que países europeus e os Estados Unidos passam a adotar a voz de suas autoridades, “à nova voga da soberania relativa, do direito de ingerência e da necessidade de mudar as funções das Forças Armadas para fazer frente à ameaças mais concretas como o narcotráfico e o crime organizado” (CASTRO, 2006).

Ainda, seguindo o mesmo raciocínio Castro explica que “No Plano doutrinário apareceram, no início da década, as primeiras declarações militares indicando preocupação específica com a possibilidade de uma invasão da fronteira norte por países do Primeiro Mundo. Em conferência pronunciada em outubro de 1991 no Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (Cebres), no Rio de Janeiro, o então comandante da Amazônia, general Antenor Santa Cruz, afirmou que o clima propício a uma aventura estrangeira naquela região agravava-se com a acessão das noções de soberania restrita e do direito de intervenção”.

MAIOR (2001) ressalta que, a partir dos anos 90, em um contexto internacional distinto “ao Brasil cabia, pois, criar novos espaços de manobra num mundo já livre do rígido sistema de blocos que caracterizara o período anterior, explorando inclusive possíveis conflitos de interesses entre as grandes potências e pontos de afinidade com países periféricos de maior expressão”.

No que concerne à busca de uma identidade regional, esta se manifesta fortemente na administração Lula e já pode ser vista, basicamente, em dois momentos. Uma das ocasiões foi com relação às prioridades pré-determinadas por Lula com relação às questões econômicas e sociais do país, assim como na sua interpretação sobre a existência de uma nova ordem internacional, inclusive à América do Sul: “a grande prioridade da política externa durante o meu governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social” (SOUZA, 2011).

Para isto o Presidente julga necessária a revitalização do MERCOSUL, no momento, agastado por perturbações políticas internas de seus países signatários assim como a partir deste dar mais corpo ao sentido de cooperação conjunta entre os países da América do Sul na construção de uma metodologia semelhante, através da construção da UNASUL, que contém

princípios de cooperação na área de segurança. A ideia do novo Bloco é não se pautar única e exclusivamente por relações comerciais. Essa criação de novos espaços de manobra através do governo Lula vai acontecer através das prioridades políticas e cooperações concretas no âmbito do MERCOSUL e a constituição do projeto multilateral UNASUL, aonde segundo SILVA (2012) “pela primeira vez, não foi privilégio entre seus membros a agenda comercial”.

Há duas perspectivas políticas de segurança importantes a que o Brasil segue, segundo OSTOS e VILLA (2005), uma delas é a perspectiva brasileira de um mundo multipolar, com potências regionais fortalecidas aonde se insere no ambiente internacional através de posicionamentos autônomos quando defende a neutralização de certos objetivos militares norte americanos na esfera regional. Uma ação inovadora, principalmente quando aponta, através da UNASUL, a criação de uma entidade regional de defesa, o Conselho de Defesa Sul-Americano. De acordo com BRIGOLA e ALBUQUERQUE (2012) desde 2003, Governo Lula, o assunto tráfico de ilícitos configura-se como prioridade na agenda de segurança internacional constando em documentos oficiais de Política Externa Brasileira do Itamaraty. O Brasil defende a responsabilidade internacional, mas, apesar de haver tal reconhecimento o Brasil não abraçou incondicionalmente todas as políticas de segurança Norte-Americanas para a América do Sul.

Os autores ainda salientam que, apesar de haver uma soma considerável de acordos inscritos, os dois países americanos destoam em suas opiniões com relação a como deve ser o tratamento ministrado para coibir determinados crimes. “Essa tentativa de nova tutela militar dos Estados Unidos, ainda mais com o final da Guerra Fria, deixou os militares brasileiros reticentes em relação ao Pentágono, especialmente quando anunciado os planos de exército estadunidense para a Amazônia, visando conter a guerrilha que assombra a Colômbia” (DREGER, 2009). Ainda, o autor realça que o Brasil não se coaduna de nenhuma forma, a ingerências militares dessa espécie aqui se tem um elemento importante sugerido pelo autor no tocante em que tais divergências acabam abrindo um caminho mais favorável à integração regional sul-americana.

Nem todas as formas políticas de segurança defendidas pelos EUA, desde o final da Guerra Fria, no controle e combate do narcotráfico, são aceitas pelo Brasil sem que seja discutida a exaustão, sendo o Brasil extremamente inflexível quando a política de defesa que abrange a ideia de instalação de bases militares em seu território ou em países de seu entorno fronteiriço. Segundo DREGER (2009) em setembro de 2009 os ministros das relações exteriores da UNASUL se reúnem para se ocuparem do tema bases militares e a possível proibição da utilização destas nos Estados membros da UNASUL. A implementação dessas

bases no território colombiano “gera mal estar entre os vizinhos da Colômbia (sendo o Peru exceção)”. “Não apenas o Brasil se sente ameaçado com a presença de tropas próximas a floresta Amazônica, na esteira da reativação da quarta frota, mas também a Venezuela” (Idem).

Desde o início da década de 1990, o eixo central dessa “Guerra às Drogas” transformou-se, então, no que passaria a ser conhecido como *Estratégia Andina*. Tal estratégia condensa quatro pontos fundamentais: “fortalecimento das instituições políticas dos países chaves na oferta de drogas ilícitas (Bolívia, Colômbia e Peru); fortalecimento operacional de unidades militares e policiais encarregadas do combate ao circuito da droga (erradicação de cultivos, comércio de precursores químicos, destruição de laboratórios, interdição de drogas, detecção das rotas e criminalização da lavagem de dinheiro), assim como o assessoramento militar e policial direto aos países andinos para o desmantelamento de *cartéis* (Colômbia) e de *firmas* (Peru) de drogas. Este último item representa, mais especificamente para o caso colombiano, uma política de extradição de narcotraficantes. Finalmente, assistência comercial e fiscal para minimizar as consequências sociais decorrentes da privação de meios de subsistência de comunidades locais, como de fato ocorreu” (VILLA e OSTOS, 2005).

O Brasil, assim como outras nações, fazem esforços significativos nesta direção como pudemos observar no seu envolvimento com as instituições internacionais como a ONU, OEA e outras onde assinou convenções assumindo sua disposição em coadunar com todos os países signatários sua legislação interna de combate ao narcotráfico. Já há posições menos “submissas” e dela nasce um esforço maior na liderança de instituições de caráter regional.

Assim, se pode verificar tal posicionamento através da construção e aprovação da UNASUL, assim como a criação do Conselho Sul-Americano de Defesa. “A liderança brasileira do processo integracionista se reflete na própria formação da UNASUL” (DREGER, 2002). De acordo com o autor o objetivo principal da integração é a autonomia em relação às potências, portanto, há uma busca pelo aumento das estabilidades internas para deslegitimar com mais propriedade qualquer ingerência externa, enquanto a cooperação permite respostas coletivas às potências internacionais. E ainda, em todo o contexto da formação dessas instituições a diplomacia brasileira se sobressaiu para que o projeto em questão ganhasse força e que, finalmente fosse concretizada.

Segundo realça VILLA (2010) as principais características da instituição UNASUL são inovadoras como a ruptura com o bilateralismo que prevalecera até o momento em países sul-americanos, intra regionais e também ruptura com a prioridade dada ao comércio de integração anterior. Essas duas características estão diretamente relacionados com a

abordagem dada às questões de segurança, especialmente depois do segundo mandato de Lula (2006-2010).

Há algum tempo o Brasil tem se mostrado interessado em um maior protagonismo internacional, assumindo, desta forma, responsabilidades condizentes ao seu desejo. Em termos concretos, foram tomadas iniciativas relevantes que procuraram materializar o conjunto de novas posturas brasileiras (PINHEIRO & HISRST, 1995). Entre estas, destacam-se: o protagonismo do Brasil na organização e condução diplomática do Eco-92 (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, junho 1992); a negociação e assinatura do Tratado de Assunção com Argentina, Uruguai e Paraguai visando à formação do MERCOSUL; a assinatura do acordo de criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) e do Acordo Nuclear Quadripartite de Salvaguardas com a AIEA; a proposta de revisão do Tratado de Tlatelolco, uma iniciativa conjunta do Brasil, Chile e Argentina que abriria caminho para que estes finalmente ratificassem o acordo; e uma legislação específica de controle de exportação de armas e tecnologia sensível (PINHEIRO & HISRST, 1995). Ainda, de acordo com o autor, a agenda de segurança internacional do Brasil tem sido direcionada à consolidação de esforços conjuntos com a América do Sul através da formação de organismos como o MERCOSUL e UNASUL que estimulam a cooperação multilateral regional se desprendendo, desta forma, da política de segurança internacional guiada pelos EUA.

Ainda que permaneçam relações de cooperação entre Brasil e Estados Unidos com respeito à agenda de segurança internacional, podemos visualizar através da nova configuração internacional que “a projeção de poder estadunidense tem trazido inúmeras implicações para a agenda de segurança do hemisfério, onde a falta de coordenação para um entendimento comum acerca das questões de segurança serviram para a negociação de acordos bilaterais em detrimento da multilateralidade” (DREGGER, 2009) como, por exemplo, o Plano Colômbia incursionando forças colombianas em território equatoriano.

O Brasil é um aliado dos Estados Unidos muito antigo. Perceba que até mesmo, no ano de 1992, mesmo ano correspondente à dissolução da URSS que se materializa no encontro em Camp David entre Presidente Bush e Gorbachov, o Brasil registra em seu Diário Oficial brasileiro o Ato bilateral, entre Estados Unidos da América e Brasil (Memorando de Entendimento sobre Controle de Narcóticos e Aplicação da Lei), onde se lê:

I. GERAL

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América (doravante denominados individualmente “Parte” e coletivamente “Partes”) concordam em estabelecer conjuntamente e apoiar projetos destinados a aumentar a capacidade dos órgãos brasileiros federais e estaduais responsáveis pela aplicação da lei para combater o tráfico de narcóticos ilícitos, o crime organizado, a lavagem de dinheiro e o contrabando de armas e reduzir o consumo de drogas. (Um dos Atos Gerais do Memorando de Entendimento sobre Controle de Narcóticos) – Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1269871/dou-secas-1-18-09-1992-pg>; Acesso em 20/05/2013.

Todavia este ato bilateral não prevê a implantação física de bases militares norte-americanas no Brasil, apesar de este estar, de certa forma, aberto ao modelo neoliberal de políticas de segurança e desenvolvimento nacionais (Consenso de Washington). O Brasil, desde sua participação na Conferência de Haia, patenteou seu caráter multilateral de relações com o mundo tendo caráter pacifista diante de suas decisões, no entanto, sem abrir mão de sua Soberania. A participação do Brasil na Conferência da Haia representava simbolicamente o ingresso do País na cena internacional. Era o primeiro encontro verdadeiramente universal com a presença do Brasil. Até então, a experiência multilateral brasileira se restringia às conferências pan-americanas (AMORIM, 2007).

De acordo com LESSA, COUTO, FARIAS (2000) durante a Guerra Fria, o Brasil, através de sua diplomacia possuía uma característica de distanciamento de ações com relação ao Bloco Ocidental. No século XX a atuação em fóruns diversos converteu-se em uma das tendências marcantes da política externa brasileira nos anos 90, de acordo com MIYAMOTO (2000). Podemos compreender que a atuação da política externa brasileira começou a buscar uma inserção mais dinâmica dentro do sistema internacional, como acentua SARDENBERG (2005) o Brasil passa a integrar-se a temas diversos como àqueles relacionados aos desafios da paz, segurança internacional, desenvolvimento socioeconômico, direitos humanos e preservação do meio ambiente.

Por outro lado, o Brasil, no contexto de políticas regionais parece, desde a formação do Bloco Econômico MERCOSUL, impor-se contra interesses geopolíticos hegemônicos. O MERCOSUL já é uma indicação de um interesse concreto por autonomia no cenário regional. O MERCOSUL, por seu turno, poderia atuar como instrumento capaz de proporcionar ao

Brasil um melhor posicionamento regional, assim como atuar na esfera comercial como elemento capaz de abrir caminho para a formação de uma área de livre-comércio na região (SARAIVA, 2008). Parece claro, no entanto, a preocupação do Brasil em expandir sua influência para o continente Sul-Americano por meios diplomáticos e usando, como ativo principal, a integração regional (OLIVEIRA & ONUKI, 2000).

A formação do Bloco UNASUL, União de Nações Sul-Americanas, sendo seu Tratado constitutivo aprovado no ano de 2008, entrando em vigor em 2011, delimita ações externas mostrando, desta forma, autonomia diante de forças hegemônicas Norte-Americanas. Conforme VIGGIANO (2002) a busca do Brasil por autonomia já é uma característica de sua política externa. Entre 1964 e 1982 há duas características marcantes da PEB. Consoante a autora nesse momento temos uma predominância dos interesses nacionais como foco da política brasileira em seguida uma busca por autonomia com relação às decisões do Estado no ambiente internacional como método de garantir a satisfação dos seus interesses. “Essa estratégia visava fundamentalmente a redefinir a relação entre Brasil e Estados Unidos, procurando limitar o grau de dependência do Brasil frente a maior potência financeira do Continente Americano, resguardando a esfera política tanto quanto possível” (VIGGIANO, 2002).

A autora ainda salienta que há momentos bem marcantes que deixam visível essa busca, momentos pontuais como a recusa do Brasil em assinar o Tratado de Não proliferação (Nuclear) em 1968, a intenção do Governo em criar um Dispositivo Estratégico de Defesa (DED), apostando no fortalecimento das Forças Armadas como parte de uma política de barganha nas relações interestatais. A formação do Conselho de Defesa Sul-Americano em 2008 é outro retrato desta vontade, agora conjunta, formada pelos membros da UNASUL. Para o Brasil, este foi um avanço de extrema importância no que tange à integração dos 12 países que formam o Continente Sul-Americano, uma organização intergovernamental “baseada na coincidência de valores e no desejo de partilhar um novo destino que redundasse em fortalecimento coletivo” (PÁDUA, 2012).

2 - RELAÇÃO DO BRASIL PARA A AMÉRICA DO SUL NO PÓS-GUERRA FRIA E DURANTE O GOVERNO LULA: SUA POLÍTICA DE SEGURANÇA, O PROJETO SUL-AMERICANO E A CONSTRUÇÃO DA UNASUL

2.1. AMÉRICA DO SUL PÓS GUERRA FRIA BASES DA UNASUL

É no ano de 2008, século XXI que temos um evento marcante para a América Latina. “Pela primeira vez em mais de 500 anos de história, todas as lideranças dos países latino-americanos se encontram para uma cúpula diplomática sem a presença dos Estados Unidos ou potências estrangeiras. O foco da reunião era a integração da região, em um contexto de autonomia política das nações” (DREGER, p.7, 2009). Em 2004, na cidade de Cuzco, no Peru, realizou-se a 3ª Reunião de Presidentes da América do Sul. Foi, através da Declaração de Cuzco, que o projeto que daria corpo a UNASUL teve as suas bases fixadas.

No mesmo ano (2008), tínhamos na Presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva. Defendia na época seu segundo mandato como Presidente da República do Brasil que, desde seu primeiro mandato propunha perspectivas diferentes, de um novo paradigma relacional, de acordo com as novas necessidades globais e diferentes daquelas durante a Guerra Fria. A política externa brasileira foi se moldando a nova conjuntura internacional.

Há por parte do governo Lula a busca por maior autonomia nos seus assuntos políticos internacionais. Estudos acadêmicos têm registrado esse novo caráter político (autonomia pela diversificação), de desenvolvimento da política externa brasileira, de busca por maior autonomia na conjuntura internacional e apontam o governo Lula como sendo o divisor de águas destas questões e chamam tal processo político de autonomia pela diversificação, portanto sua defesa está fortemente calcada na manutenção de parcerias tradicionais, mas se concentrando em uma diversificação de parcerias. Destes os mais expressivos foram políticas externa brasileira de aproximação com países do Eixo Sul, países do oriente Médio como Irã, os BRICs e fundamentalmente países da América do Sul. Com relação a estes últimos houve, inclusive, um aumento significativo, em mais de 100%, das exportações, conforme podemos observar nas informações de intercâmbio comercial fornecido pelo COMEX (Comércio Exterior do Brasil).

Podemos observar que o intercâmbio comercial entre países e blocos econômicos da América do Sul aumentou significativamente entre os anos de 2009 e 2011. Na Presidência de Lula as trocas comerciais com países considerados emergentes (BRICS) e em desenvolvimento aumentaram consideravelmente. Uma observação importante se faz

necessária nesta análise a de que as trocas econômicas entre Brasil e Estados Unidos, assim como Brasil e Europa não se acentuaram na mesma proporção do que com países em desenvolvimento e emergentes apesar das relações bilaterais comerciais permanecerem. No entanto, como o foco da análise deste trabalho não é de caráter econômico e sim de políticas de segurança não iremos nos deter por mais tempo neste tema. Mas a análise do quadro abaixo se faz necessária para compreender o que foi exposto acima e verificar de forma prática a aproximação mais contundente entre Brasil e países da América do Sul.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASILEIRO - US\$ BILHÕES
POR BLOCOS E PAÍSES SELECIONADOS
2002 / 2009 - 2011 (JANEIRO-DEZEMBRO) E 2002 / 2010 - 2012 (JANEIRO-MARÇO)

DESCRIÇÃO	JANEIRO - DEZEMBRO						JANEIRO - MARÇO					
	2002	2008	2010	2011	Part. (%)	Vlr. % 2002-2011	2002	2010	2011	2012	Part. (%)	Vlr. % 2002-2012
TOTAL GERAL	107,8	280,7	383,7	482,2	100,0%	348,1%	22,8	77,6	99,9	107,7	100,0%	372,4%
Ásia (excusive Oriente Médio)	16,8	76,4	112,4	146,8	30,4%	774,0%	3,2	21,0	28,7	32,0	29,7%	300,0%
União Europeia	29,1	63,3	82,3	99,4	20,6%	241,4%	6,1	17,1	21,4	23,1	21,4%	278,7%
BRICS (Rússia, Índia, China ⁽¹⁾ e África do Sul)	7,9	47,0	69,0	92,7	19,2%	1073,3%	1,6	13,9	19,2	21,6	20,1%	1073,9%
América Latina e Caribe	19,9	58,4	78,9	95,0	19,7%	376,9%	4,4	16,5	20,3	21,2	19,7%	381,8%
Aladi	18,1	51,8	71,0	85,8	17,8%	373,6%	4,1	16,7	18,4	19,3	17,9%	370,7%
América do Sul	15,1	46,1	63,1	76,2	16,8%	403,7%	3,5	13,0	16,4	16,5	15,3%	371,4%
Mercosul	8,9	28,9	39,2	47,2	9,8%	428,8%	2,1	8,0	10,3	9,9	9,2%	371,4%
SICA	0,6	1,3	1,7	1,9	0,4%	214,3%	0,1	0,4	0,4	0,4	0,4%	320,0%
Caricom	0,7	3,4	4,2	4,5	0,9%	591,4%	0,1	1,1	0,8	0,6	0,5%	484,0%
América do Norte	27,5	39,2	51,7	66,9	13,9%	143,2%	6,9	12,6	15,4	18,6	17,3%	169,6%
Estados Unidos (inclusive Porto Rico)	26,0	35,9	46,7	60,2	12,5%	131,4%	6,0	10,0	12,2	14,7	13,6%	145,0%
China (inclusive Hong Kong e Macau)	4,9	39,3	58,8	80,3	16,7%	1539,2%	0,7	10,5	15,0	17,0	15,8%	2328,6%
África	5,0	17,2	20,6	27,7	5,7%	448,9%	0,9	4,4	5,8	5,9	5,5%	555,6%
Liga Árabe	4,9	14,6	19,5	25,1	5,2%	412,0%	0,9	3,8	4,9	5,3	4,9%	488,9%
IBAS (Índia e África do Sul)	1,5	7,3	9,8	11,9	2,5%	529,3%	0,3	2,1	2,3	3,6	3,3%	1100,0%
Oriente Médio	3,8	10,7	15,2	19,4	3,8%	389,6%	0,7	2,8	3,7	3,6	3,3%	414,3%
Índia	0,7	1,7	2,1	2,6	0,5%	282,7%	0,5	1,7	1,8	3,0	2,8%	455,6%
Europa Oriental ⁽²⁾	1,9	5,5	7,8	10,3	2,1%	433,1%	0,3	1,5	2,2	1,5	1,4%	400,0%
Rússia	1,7	4,3	6,1	7,2	1,5%	326,7%	0,4	1,2	1,8	1,0	0,9%	150,0%
Oceania	0,5	1,5	2,1	2,9	0,6%	444,3%	0,1	0,4	0,6	0,5	0,5%	400,0%
África do Sul	0,7	1,7	2,1	2,6	0,5%	53,2%	0,2	0,5	0,6	0,6	0,6%	200,0%

Elaborado pelo BRIS/FEDEC - Centro de Intelectos Conectados, com base em dados do BRIS/FEDEC/Unilever.
As porcentagens são arredondadas em ordem decrescente das maiores representadas em 2011.
Obs.: Os países e blocos são listados apenas para efeito de visualização de agrupamentos. Por exemplo, alguns países que integram a ALADI também fazem parte da América do Sul.
(1) Inclui Hong Kong e Macau.
(2) Inclui Armênia, Azerbaijão, Belarus, Cazaquistão, Geórgia, Moldávia, Quiruzistão, Rússia, Tajiquistão, Turcomenistão, Ucrânia e Uzbequistão e Afeganistão.
Os dados referentes a países que mudaram de data de entrada de comércio são os que pertencem ao período de 2002 a 2010, inclusive em anos anteriores à mudança.

Fonte: brasilglobalnet.gov.br

Como podemos observar através da tabela, de fato, o governo Lula aumentou seus esforços nas participações comerciais entre países emergentes e os em desenvolvimento. Encontrou novos mercados através dos processos de integração com a América do Sul, assim como parceiros comerciais como a Rússia, Índia, China e África do Sul através do Bloco econômico BRICS como já foi mencionado, aumentando sua autonomia política e econômica através de processos de diversificação comercial antes baseada em relações Norte/Sul e a partir do ano de 2002 alinhando-se mais àqueles Sul/Sul.

Percebe-se que desde o primeiro mandato presidencial do Governo Lula há uma busca por maior autonomia nas suas relações com o mundo. Há uma política de caráter

desenvolvimentista, multilateralista, cooperativa e de não confrontação em busca da consolidação do papel de *player* internacional e regional. Resumindo, o primeiro mandato administrativo do governo Lula houve um direcionamento mais acentuado na aproximação com Estados em desenvolvimento (BRICS) e intensificação das relações em âmbito regional (UNASUL), sendo reforçados no seu mandato posterior. O segundo período do Governo Lula da Silva implica em algumas “ênfases precisas”: (1ª) aprofundamento da Comunidade Sul-americana de Nações (Casa) concretizada através da formação UNASUL; (2ª) intensificação das relações entre países emergentes como Índia, China, Rússia e África do Sul; (3ª) ação de destaque e na Organização Mundial do Comércio, assim como em algumas outras negociações econômicas; (4ª) manutenção de relações de amizade e desenvolvimento das relações econômicas com os países ricos, inclusive com os Estados Unidos; (5ª) retomada e estreitamento das relações com os países africanos; (6ª) campanha pela reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, visando um lugar de membro permanente para o Brasil; e (7ª) defesa de objetivos sociais que permitiriam maior equilíbrio entre Estados e populações (CEPALUNI, G. & VIGEVANI, T., 2007).

No quesito políticas de segurança internacional o Brasil busca reforço e solidez através de alianças de cooperação com países da América do Sul. As questões relacionadas à segurança para esta região foram ficando, desta forma, cada vez mais consistente com a aderência dos países ao Bloco UNASUL e a formação de um Conselho de Defesa Sul-Americano. A formação da UNASUL e do Conselho de Defesa Sul-Americano reflete essa lógica. O CDS caracteriza-se como uma tentativa de estabelecer uma comunidade de segurança, trazendo, para a jurisdição interna do bloco, juntamente com o mecanismo da UNASUL, assuntos antes tratados no âmbito do regime de segurança e defesa do continente, através de mecanismos de segurança coletiva como o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) (DREGER, 2009, p.25). Essa nova dinâmica de tratar assuntos relacionados à segurança da Região Sul do Continente Americano, segundo DREGER (2009), surge como um processo de mudança nas relações do Brasil com seus vizinhos e com as grandes potências e principalmente EUA.

Durante o governo Lula, recebeu grande impulso pelas ideias do Secretário-geral das Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães em sua obra “Quinhentos Anos de Periferia” de 1999. Guimarães afirma que os grandes países periféricos desejam participar das estruturas hegemônicas do Pós-Guerra Fria de forma soberana. “Para tanto, o diplomata ressalta a necessidade desses países se unirem em acordos estratégicos, de modo a combater sua posição desvantajosa no cenário internacional” (DIAS, 2013).

Muitos acordos estratégicos se farão à nível de UNASUL que constitui um projeto multilateral, pela primeira vez, sendo um bloco que não têm como centralidade política, aspectos econômicos mas também de segurança. As metas em que a UNASUL está estruturada são diversas, mas, as relações com temas sobre segurança têm forte expressividade, inclusive em casos de reforçar o diálogo político entre os Estados-membros com o objetivo de garantir um espaço de coordenação, a fim de reforçar a integração Sul-Americana e participação da UNASUL no cenário internacional bem como estimular a coordenação entre agências especializadas da América do Sul, respeitando as normas internacionais com o objetivo de reforçar a luta contra o terrorismo, corrupção, o problema mundial das drogas, o tráfico de pessoas, tráfico de armas, crime organizado transnacional e outras ameaças, assim como para tratar do desarmamento, não proliferação de armas nucleares e de destruição em massa, assim como remoção de minas e a troca de informações e experiências em matéria de defesa (VILLA, 2010).

A consequência central desta conjuntura brasileira de novas alianças reside no fato do desejo maior que o Brasil ambiciona por ser percebido como um global *player*, ou seja, um país que participa dos processos de tomada de decisão em múltiplas áreas e assim menos dependente das políticas norte-americanas de defesa para a região, apesar de estar aberto para muitas delas. Esta nova postura tem se caracterizado e tomado corpo a partir da presidência de Luiz Inácio Lula da Silva. Através dos discursos presidenciais proferidos em encontros da UNASUL, e negociações políticas, econômicas e sociais se confirmam.

“Durante toda a Guerra Fria a agenda de segurança dos países da América Latina seguiram um molde imposto pela política dos EUA, tendo nas estratégias de contenção ao comunismo uma percepção de ameaça comum. No cenário atual, a maioria dos países da região busca uma alternativa voltada aos seus interesses nacionais, a exemplo do Brasil, principalmente a partir do Governo Lula” (ALBUQUERQUE & BRIGOLA, 2012, p. 79).

Apesar de o Brasil do século XXI se voltar mais para políticas de integração regional SUL-SUL ele não descarta a responsabilidade internacional compartilhada na repressão ao tráfico de drogas, mas sem que isso fira os processos de soberania nacional de cada país. O que há, na verdade, desde o primeiro mandato do presidente Lula é divergência com relação a alguns modelos de política de segurança contra o narcotráfico apresentado pelos Estados

Unidos para a região da América do Sul. Há uma vontade implícita, dentro de seus limites, de resolver problemas internos em assuntos relacionados à segurança nacional e de toda a região, assim como defender qualquer abuso que coloque a soberania dos países do seu entorno em xeque. ALBUQUERQUE e BRIGOLA (2012) corroboram com essa visão de que a política externa brasileira luta pela garantia da soberania dos países da região Sul-Americana.

Há uma busca por mecanismos de segurança coletiva regional com o afastamento de potências externas à região. Note, a partir do quadro abaixo, que entre 2002 e 2011 houve em média 14 parcerias bilaterais entre Brasil e países da América Latina na temática combate ao narcotráfico internacional, enquanto o Brasil e Estados Unidos firmaram somente, neste mesmo período, uma média de 3 acordos. Dentre os acordos selados entre o Brasil e países da América Latina estão o BOLBRA (Bolívia e Brasil), COLBRA (Colômbia e Brasil), VENBRA (Venezuela e Brasil) e PERBRA (Peru e Brasil). A colaboração em torno de interesses comuns permite que atores estatais atuem em consonância no sentido de garantir seus interesses afins, bem como os interesses específicos de cada nação.

No caso Sul-Americano, o fato de que as nações buscam atuar em conjunto, valendo-se dos seus interesses comuns, é evidenciado pela forma com que vem sendo conduzido o processo de integração. Diferentemente de sistemas díspares de cooperação, no qual alguns países detêm maior peso, como o Conselho de Segurança da ONU, os mecanismos da UNASUL nascem baseados no princípio do consenso, sendo reconhecida a convergência de interesses políticos das nações nas declarações e tratados que dão origem à instituição (DREGER, 2009, p.18).

Podemos inferir, portanto, que, a inserção conjunta de países na resolução de problemas comuns concede de certa forma, uma liderança de poder daquele país que demonstra melhor posicionamento no complexo internacional e subsequentemente pulveriza uma porcentagem significativa de ganhos aos outros Estados inseridos em um mesmo sistema de regras como é o caso do Brasil. “Em relação ao cenário sul-americano temos que as nações protagonistas, como Venezuela e Brasil, são favoráveis à manutenção da ordem interna, se aproximando do conceito de Estados *status quo*, disputando apenas em relação à liderança Sul-Americana. Ao Brasil – principal artífice do processo – melhor cabe à nomenclatura, e acarreta em uma retórica de paz, democracia e cooperação para o desenvolvimento no processo de integração. Por possuir maior peso no cenário regional e internacional, o país busca a manutenção da ordem vigente, pois sua posição em relação aos demais Estados lhe possibilita coordenar políticas conjuntas, além dos benefícios da integração, que não são necessariamente contrários aos demais” (DREGER, 2009).

É neste cenário de cooperação sul-americana que o Brasil vem mostrar seu dinamismo com relação às políticas de segurança no continente. Desde o ano de 2011 quando os Norte-Americanos se voltam mais para temas relacionados aos atentados terroristas, recuando suas políticas de segurança contra o tráfico de drogas na zona da América Latina. Veja que “(...) após os atentados terroristas do 11 de setembro de 2001, a atenção dos EUA para a América do Sul se torna menor, e o narcotráfico que era ponto de maior importância na agenda dos EUA para a região se tornou secundário” (ALBUQUERQUE & BRIGOLA, 2012, p.92).

Durante o recuo dos Estados Unidos com relação às políticas de segurança contra o tráfico de drogas para a América do Sul as diretrizes para a integração Sul-Americana se avolumaram. “O entendimento de que a ação conjunta é necessária para o aumento de poder dos países da região, além de noções de que a autonomia e a capacidade de segurança coletiva são necessárias para o desenvolvimento dos países molda o surgimento da UNASUL dentro do contexto global” (DREGER, 2009, p.24).

A UNASUL é um bloco que possui dentre outras estratégias àquelas de caráter militar como proporcionar incentivos fiscais para a criação de uma base de indústrias de defesa nos países Sul-Americanos, contribuir para a formulação de políticas e estratégias de segurança e defesa conjuntas na região por intermédio do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa, incrementar os intercâmbios com as Forças Armadas dos países sul-americanos por intermédio da realização de cursos e estágios, bem como pela ampliação dos exercícios conjuntos e desenvolver equipamentos e meios militares em conjunto com outros países sul-americanos (LOPES, 2011).

É nesse contexto que o Brasil adota uma política de segurança mais independente dos Estados Unidos, no combate ao narcotráfico assim como em sentido mais amplo, adotando assim, políticas e estratégias de segurança a partir de suas novas relações políticas e econômicas com países que integram a UNASUL intensificando relações com a América do Sul e fazendo com que a distância relativa entre suas políticas de segurança e àquelas dos Estados Unidos se mantenham como forma de fortificar sua imagem no cenário internacional, prezando pelo desenvolvimento de uma imagem menos dependente, de que seja capaz de determinar, com maior vigor e acerto suas próprias direções.

Cabe lembrar que o desenvolvimento de políticas de segurança contra a questão das drogas para a América Latina teve a atenção do Governo Reagan em meados da década de 80, pois foi verificada uma explosão de consumo de drogas na América do Norte nesta época. E segundo o Governo Reagan a raiz do problema tinha sua origem no exterior. A política externa Norte-Americana vai se voltar para a questão do tráfico de drogas principalmente na

região andina, considerada como fornecedora de grande parte das substâncias ilícitas consumidas no país (SILVA, 2012). Esta cooperação envolvia “a assinatura de acordos para o fornecimento de equipamentos, treinamento de militares e de policiais, além da presença de assessores norte-americanos”, para a América Latina (OSTOS e VILLA, 2005, p.9).

A partir do século XX, as análises políticas do Governo Lula verificam um vácuo “relacionado a iniciativas autônomas em relação às questões de segurança da América do Sul, em que Estados Unidos levavam geralmente liderança” (VILLA, 2010 apud HIRST, 2003). O que marca fortemente este novo relacionamento com o mundo é seu caráter multilateralista na resposta contra conflitos regionais. Esta posição desestimula medidas unilateralistas e reduz a capacidade da OEA na resolução de assuntos dos países da América do Sul.

Não podemos ignorar que o Plano Colômbia e a presença de fuzileiros navais norte-americanos na base de Manta colocaram a região dos Andes num patamar de alta visibilidade nos aspectos relacionados à segurança regional. No ano de 1998 a administração Clinton assinou um acordo com o Equador para a transformação da base área de Manta (no noroeste do litoral equatoriano) em uma base avançada de operações dos EUA (VILLA & OSTOS, 2005).

Com a projeção da tragédia do 11 de Setembro, no Governo de W. Bush a guerra às drogas a partir de então teria uma nova caracterização, ou seja, significaria também a *guerra ao terrorismo*. A mudança conceitual levou ao entendimento de que a *narcoguerrilha* também daria espaço ao *narcoterrorismo*. A partir de então, tanto Washington quanto Bogotá começaria a pressionar os demais países andinos, incluindo o Brasil, para que classificassem grupos como as FARC como terroristas (OSTOS & VILLA, 2005).

O Comando Sul das Forças Militares norte-americanas (USSouthcom) é o mais importante ator militar na região, responsável por uma complexa rede de funções e instalações. Estão sob sua responsabilidade ações em 19 países, ou seja, todos os países da América Latina excluindo-se o México e a Guiana Francesa (HERZ, 2002). As bases militares são outra forma importante da extensão da presença militar Norte-Americana no continente. As bases no Equador (Manta), Aruba e El Salvador (Comalapa) fazem parte do processo de revisão de operações no Pós-Guerra Fria. “Observa-se que a diversificação da presença militar norte-americana é uma estratégia consistente”, ao longo do tempo (HERZ, 2002).

A localização e extensão do território brasileiro se fazem de extrema importância na análise geoestratégica de políticas de segurança regional, sabendo-se que este compartilha sua fronteira com vários países da América do Sul. Com a Colômbia há um compartilhamento de fronteira de 1.644 km e obviamente os reflexos políticos, sociais e econômicos tendem a ser

aumentados diante desta aproximação fronteiriça/geográfica. Todavia, OSTOS e VILLA (2005) ressaltam que no plano político, Brasil e Colômbia têm visões divergentes em dois pontos: o Plano Colômbia, o que implica em discordância acerca das relações com os EUA, e o lugar do Brasil no processo de negociação de paz.

O Plano Colômbia, de iniciativa norte-americana e implementada durante o Governo Pastrana, é visto com muita reserva pelos formuladores da política externa brasileira, que suspeitam de uma militarização das regiões andina e amazônica a partir da Colômbia. “Para o Brasil, quatro observações sobre possíveis desdobramentos do Plano Colômbia podem ser ressaltadas: a) não se aceita eventual transferência do teatro de operações de qualquer ator armado para o território brasileiro; b) refuta-se qualquer participação militar no conflito colombiano; c) mesmo entendendo que a probabilidade de cenários adversos para a Amazônia brasileira é pequena, o Brasil procura proteger-se de eventuais desdobramentos; e d) o aprimoramento da capacidade de resposta dos órgãos estatais brasileiros na Amazônia se dá exclusivamente nesse contexto defensivo” (DETOFOL e CHO, 2010).

O governo Lula passa a ser verificado por especialistas das relações internacionais como momento de novos posicionamentos da política de seu governo em âmbito internacional. Assim, defendemos, tal como Cepaluni e Vigeani, que o governo Lula da Silva realizou mudanças de ênfase e de tonalidade em sua política externa (ajustes), buscando novas formas de inserção internacional para o país (mudanças de programa) (CEPALUNI & VIGEANI, 2007).

Políticas de segurança nacional antidrogas dos EUA após o fim da Guerra Fria, a fixação de bases militares na América do Sul passaram a ser vistas como ameaçadoras à soberania dos Estados desta região. Principalmente o Brasil, que a partir do Governo Lula defende uma política mais pautada no integralismo regional e menor convergência política com os EUA em temas sobre defesa nacional e regional antes fortemente pautados em agendas Norte/Sul e que, após o final da Guerra Fria teve menor ênfase.

O Brasil, portanto, passou a praticar uma política de não abertura à instalação de bases militares em seu território e tem se mostrado contra em relação ao Acordo entre Estados Unidos e Colômbia que prevê a instalação de sete bases militares no país.

Em entrevista dada a Folha de São Paulo em 02/08/2009, o chanceler Celso Amorim respondeu a questionamentos relativos a algumas discordâncias com Washington e dentre elas estava figurada a questão da presença militar norte americana na Colômbia. Amorim expressou claramente a preocupação do Brasil com relação a permanência militar naquele país. A pergunta do entrevistador foi nesta direção aonde indagou o porquê de tanta

preocupação com relação ao uso de bases militares na Colômbia pelos EUA. Diante do questionamento Amorim respondeu o que o Governo pensava sobre o assunto esclarecendo que o uso das tais bases seria um fato novo. “Se fosse a mesma coisa que já tinham, não precisavam fazer um novo acordo, não é? A impressão é que as bases servem para operação de aviões com raio de ação muito grande. Tudo isso feito assim, sem que tenha havido um processo, sem nos consultar. A Colômbia é um país soberano e tem direito de fazer o que quiser no território dela, mas é uma presença militar importante na nossa vizinhança. Você pode dizer que já tinha em Manta [no Equador]. Mas, se mudou, então há uma coisa nova, e nós queremos conhecer melhor” (você pode encontrar o total da entrevista em www.itamaraty.gov.br). Diante do exposto devemos lembrar que, desde o governo de Fernando Henrique Cardoso já existiam divergências bem pontuais com relação ao tema. “No tocante às medidas de combate às drogas entre a Casa Branca e a Casa Nariño, o governo brasileiro rejeitou o Plano Colômbia, principalmente por seu teor militar”. Entre os motivos alegados pela administração de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) para tomar tal postura em relação ao Plano, destacam-se:

“[...] De um lado, o temor de que uma ofensiva militar contra a guerrilha pudesse espalhá-la para dentro do território brasileiro, para onde se deslocariam não somente as plantações de droga, mas também as atividades de refino. Por outro lado, havia grande desconforto com o fato de que a Colômbia poder-se-ia abrir um precedente para o engajamento militar direto dos EUA na América do Sul” (GUZZI, 2008 apud HOFMEISTER, 2003).

Cabe também mencionar outra importante divergência do governo brasileiro com relação à Colômbia e os EUA como menciona GUZZI (2008), a questão da definição dos grupos guerrilheiros como sendo grupos terroristas. Segundo o autor o Brasil decidiu não considerar tais grupos como organizações terroristas, pois isso levaria a impossibilidade futura de possíveis negociações de desmobilização com estes grupos. A percepção mais clara com relação à política de segurança brasileira relativa às drogas não seguiu como sendo a de uma política de “aliado especial” dos EUA como outrora. Assim, BONILLA (2002) destaca que

“(…) una de las metas finales de La estrategia estadounidense para las Américas, esto ES, La necesidad de involucrar a las fuerzas armadas em regímenes internacionales de mantenimiento de La paz o de pacificación, ES muy difícil de alcanzar. La idea de un régimen internacional cooperativo andino se enfrenta al hecho de que podría ser utilizado para intervenir en Colômbia. Todos los países se han negado a esta posibilidad. El Ecuador, Brasil y Peru non consideraron siquiera La posibilidad, planteada por lãs autoridades colombianas, de hacer ejercicios militares conjuntos. Su colaboración se mantiene en términos de intercambio de información y cooperación de inteligencia entre fuerzas armadas y policiaais de ambos países”.

Dessa forma, a partir do momento que os países produtores que fazem fronteira com o Brasil passam a fazer uso de seu efetivo militar para combater o tráfico de entorpecentes, a questão do narcotráfico ganha maior atenção do governo brasileiro. Com ênfase maior para o caso colombiano, sobretudo com a intervenção Norte-Americana oriunda do Plano Colômbia, o governo brasileiro passou a considerar a cooperação entre Colômbia e EUA na luta contra o narcotráfico na região como ameaçadora de sua soberania. A produção e refino da droga podendo se espalhar para dentro das fronteiras brasileiras.

Além disso, “os formuladores da política de defesa nacional passaram a considerar a possibilidade de transbordamento da guerrilha para dentro do território nacional e, eventual intervenção estrangeira na região” (Idem). Essas percepções de ameaça ao Brasil passam a ser base também para o aprofundamento das relações do Brasil com a América do Sul para o aparelhamento de estratégias de segurança regionais. A UNASUL surge como instituição relevante para a criação de uma estrutura legal cooperativa regional contra possíveis ingerências Norte-Americanas.

Para isso devemos abordar a política de segurança do Governo Lula como sendo uma administração que mostra nova postura frente às questões Sul-Americanas, novas influências mundial e sua nova dinâmica de relações com os EUA, inclusive apresentando diferença de interesses nos assuntos do combate ao narcotráfico, uma política externa marcada pela mudança.

Uma forma de demonstrar tal interesse é a questão polêmica sobre o tema de energia nuclear que foi bem marcado pelo Governo Lula. A tentativa de controlar tecnologia nuclear era uma questão estratégica em busca de menor dependência de importação de energia, mas também para desenvolvimento de tecnologias como suporte de defesa nacional. Com relação à energia elétrica em 1986, tornou-se operacional o reator nuclear fabricado por Westinghouse

(EUA), na usina Angra I e em 2002 em Angra II (reator alemão), esta foi uma das formas de alcançar um dos objetos sobre energia. Foi desta forma que passamos de importadores de energia para exportador. A posição norte-americana percebendo a instalação de 17 usinas nucleares no Brasil embargou a venda de componentes dos EUA para a construção de satélites brasileiros demonstrando desta forma a preocupação destes com relação a possíveis desenvolvimentos de tecnologia como uma estrutura de defesa nacional.

Como forma de ganhar credibilidade em assuntos internacionais mais recentemente o Brasil aderiu ao tratado de não proliferação nuclear em 7 de dezembro de 1998, através do decreto nº 2.864, ou seja, legalmente o Brasil passaria a usar energia nuclear somente para fins pacíficos. “Em função disso, reforçou-se nossa credibilidade e nossa habilidade de atuar nos assuntos internacionais” (CARDOSO, 2001, p. 7).

A postura brasileira gerou reflexos de sua decisão nos países do Bloco UNASUL. O secretário Do Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL, Javier Ponce Zeballos, afirmou que o convênio que agrupa a 12 países não está em desacordo com as provisões relacionadas ao uso de energia nuclear na região. Ponce destacou que se deve diferenciar entre o que significa a presença do armamento nuclear na região e os projetos de desenvolvimento de energia nuclear. “De todas as maneiras o Conselho de Defesa Sul-Americano foi muito claro, e UNASUL também no sentido de eliminar da região a presença de armamento nuclear, mas isso não significa se opor a projetos de desenvolvimento que implicam energia nuclear”, destacou. (La Razón – Bolívia – 24.11.2010).

Outra forma política que o Governo Lula encontrou para mostrar sua nova estrutura de governança no trato político internacional com os EUA foi por meio do Bloco MERCOSUL. Este serviu de plataforma para a política externa brasileira “No início, o MERCOSUL forneceu ao Brasil uma plataforma a partir da qual poderia negociar com os Estados Unidos acerca da sua proposta da ALCA. Já na primeira década do século XXI o entusiasmo da elite brasileira pelo projeto sofreu um decréscimo” (Idem, p. 069). Mas, contudo, o foco maior deste Bloco era econômico. Mas a negociação entre blocos econômicos era uma forma de preparação para ampliação de seus interesses.

O interesse foi materializado na fusão do MERCOSUL e Comunidade Andina, algo que pudesse assemelhar-se a União Europeia (UE). Os autores León e González (2011) redefinem a formação da UNASUL como sendo “(...) outra iniciativa de integração (mais ambiciosa) pouco depois da eleição de Lula, ao juntar vários outros países numa proposta de criação da União de Nações Sul-Americanas/Unión de Naciones Sudamericanas (Unasul/Unasur) e de um Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) paralelo”. A grande

mudança é que o novo Bloco não se pauta somente em questões econômicas, é uma formação *sui generis* de concertação multilateral (países da América do Sul) sendo o CDS lançador de uma organização de segurança regional promovendo, desta forma, cooperação militar.

Mudanças, imperativas do século XXI, na região sul do continente americano, tem chamado a atenção “em especial pelo recrudescimento de temas tradicionais de segurança, como o novo ciclo de rearmamento, ameaça de conflito militar entre Venezuela e Colômbia e a participação, cada vez mais ativa, de potências extra regionais na agenda de segurança regional” (JÚNIOR, 2010, p. 15 *apud* LUCENA SILVA & TEIXEIRA JR, 2009).

Desta forma o Conselho de Defesa Sul-Americano começa a ganhar robustez. “Guerrilhas, narcotráfico, estabilidade política, democracia e crime organizado transnacional são assuntos constantes nas discussões sobre defesa no *Complexo Regional Sul-Americano*” (JÚNIOR, 2010, p. 15 *apud* BUZAN e WÆVER, 2003). Claro que o esforço para controlar o fluxo de ilícitos como cocaína para dentro e através do Brasil influencia a capacidade da diplomacia do país e capacidade do Estado. Suas fronteiras longas, indefesas e escassamente povoadas facilitam a ação dos grandes produtores de narcóticos e o trânsito das drogas no país e na América do Sul. Vale lembrar que a cooperação na resolução do problema entre os países latino americanos varia muito por razões políticas e disparidades de suas capacidades. Por exemplo, o governo do presidente Evo Morales, na Bolívia declinou nos pedidos dos brasileiros para erradicação transfronteiriça.

O foco do combate ao narcotráfico dos outros países latino-americanos é quase que completamente interno como na Colômbia e no Peru. Como resultado, o Brasil está aumentando a ação por conta própria. A Presidente Dilma Rousseff apoiou planos de combate ao narcotráfico estimado em 400 mil dólares.

As ações de combate aos narcotraficantes incluem o uso de uma frota de veículos aéreos não tripulados, drones, para vigilância das fronteiras brasileiras. Rondas militares têm aumentado, ainda que em áreas necessariamente limitadas. (BANDEIRA, 2012). Esta é uma das razões da importância da UNASUL para a formação de um grupo coeso com interesses afins, pois, além disso, os déficits de infraestrutura na área de segurança pode significar para cada nação da América do Sul engessamento na tomada de decisões políticas de segurança que possa resolver os problemas relacionados a temas como o narcotráfico que passou a ser um problema global.

O Conselho de Defesa Sul-Americano é uma das formas concretas de se verificar uma maior possibilidade de visão estratégica de integração menos dependente dos EUA, apesar de não rechaçar possíveis e necessários acordos com eles. A partir deste autorreconhecimento de

falta de déficit de infraestrutura que gerou o esforço brasileiro de criação da UNASUL como forma de remediar a situação. Dentro do próprio hemisfério, a criação do Brasil da UNASUL e sua participação na comunidade recém-formada simboliza a crescente independência dos líderes da região para encontrar vozes alternativas para resolver os problemas sem a participação dos Estados Unidos ou Canadá (GUIMARÃES, 2013).

Um exemplo deste desejo de afastamento das políticas dos EUA para o combate ao narcotráfico na América do Sul aconteceu em agosto de 2012 quando 10 presidentes sul-americanos se reuniram no luxuoso hotel Llao Llao na estância de esqui da Patagônia de Bariloche, Argentina. A presidente Cristina Fernández de Kirchner convocou a reunião extraordinária da UNASUL para discutir o acordo de cooperação entre EUA e Colômbia. Este acordo, se assinado, facilitaria o acesso dos EUA a três bases da força aérea da Colômbia, duas bases navais, duas instalações do Exército e outras instalações militares colombianas.

O plano levantou dúvidas entre os líderes Latino-Americanos, uma vez que foi o primeiro plano divulgado à imprensa. Nações vizinhas da UNASUL expressaram preocupação com o pacto e suas possíveis consequências para a sua soberania e segurança. A UNASUL tomou uma abordagem regional para a segurança, enfatizando a capacidade nacional, a não proliferação, e não intervenção dos Estados Unidos (GUIMARÃES, 2013). Nesta mesma reunião expressou uma extrema preocupação com a expansão da presença militar Norte-Americana e questionaram a premissa de que tal presença aumentaria a capacidade local no combate às drogas.

O Presidente Uribe falou discursando sobre os custos da guerra ao terror. O Presidente pro-tempore da UNASUL, Rafael Corrêa, na ocasião, Presidente do Equador, afirmou que as drogas na Colômbia não eram exclusivamente um problema interno colombiano. Tanto o comércio de drogas e as medidas adotadas para detê-lo, segundo ele, teriam impactos regionais graves em países vizinhos, inclusive seu próprio país. Ele também observou que os EUA e a cooperação colombiana sob o Plano Colômbia têm sido ineficaz na redução da produção regional de cocaína (Idem). O Presidente Corrêa defendeu que, apesar do fato de que, sabe-se que a produção de drogas é localizada. Afirmou ainda que a presença de bases militares não elimina a produção da droga. Desta forma, segundo GUIMARÃES (2013) o Equador recusou-se a renovar a concessão dos EUA para o uso da base de Manta, que as forças Norte-Americanas já tinham abandonado. Rafael Corrêa, Presidente do Equador, informou ainda que as forças de segurança do Equador conseguiram dobrar a quantidade média histórica de cocaína apreendida após confiscar 42 toneladas em agosto, sem a ajuda dos americanos. Ele observou que o mesmo aconteceu na Bolívia e que, além disso, agentes da

DEA têm sido implicados em crimes. Corrêa concluiu que não é verdade que com os soldados da DEA e dos Estados Unidos, a eficiência em operações de combate às drogas é melhorada. Para ele a solução no combate ao narcotráfico está em outro lugar, não em ajuda dos EUA.

Portanto, a partir deste encontro, segundo AMORIM (2011, p.87) um acordo foi alcançado e produziu-se um documento bastante vago, mas em uma direção acertada, de duas páginas. O documento detalhava as seis decisões seguintes, a saber:

- Fortalecer a América do Sul como uma zona de paz, comprometendo-se o estabelecimento de um mecanismo de confiança mútua em matéria de defesa e segurança, sustentando nossa decisão de se abster de recorrer à ameaça ou uso da força contra a integridade territorial de outro Estado da UNASUL.
- Reafirmar o compromisso de fortalecer a cooperação nas lutas contra o terrorismo e o crime organizado transnacional e seus delitos conexos: tráfico de drogas, pequenos e leves tráficos de armas, bem como a rejeição da presença e ação de grupos armados à margem da lei.
- Reafirmar que a presença de forças militares estrangeiras com os seus meios e recursos vinculados a objetivos próprios não pode ameaçar a soberania e a integridade de qualquer outro país sul-americano e, em consequência ameaçar a paz e a segurança da região.
- Instruir os respectivos Ministérios das Relações Exteriores e de Defesa para realizar uma reunião de emergência durante as duas primeiras semanas de setembro próximo, a fim de que, em busca de uma maior transparência, eles projetam medidas destinadas a promover a confiança e a segurança de uma forma que é complementar aos meios existentes utilizados no âmbito da OEA, incluindo mecanismos concretos de implementação e garantias para todos os países aplicáveis aos acordos existentes com países da região e fora da região; tais como o tráfico de armas ilícitas, tráfico de drogas e terrorismo, em conformidade com a legislação de cada país. Esses mecanismos devem considerar os princípios de respeito incondicional à soberania territorial, integridade e inviolabilidade e não-interferência nos assuntos internos dos Estados.
- Instruir o Conselho de Defesa Sul-Americano, que pode analisar o texto de

“Estratégia Sul-Americana, Livro Branco, Mobile Air Command (AMC)” e realizar uma verificação da situação nas fronteiras e entregar os resultados do estudo ao Conselho de Chefes de Estado e de Governo, de modo que um curso de ação pode ser considerado.

- Instruir o Conselho Sul-Americano sobre o Narcotráfico elaborar com urgência seus Estatutos e Plano de Ação com o objetivo de definir uma estratégia sul-americana na luta contra o tráfico de drogas ilícitas e ao reforço da cooperação entre os organismos especializados em nossas respectivas nações.

Para AMORIM (2011) a UNASUL passou a concentrar seus esforços no combate ao narcotráfico em 2007, ano em que criou seu Conselho de Segurança em Quito, Equador. Seguindo as diretrizes dos presidentes, o Conselho de Segurança era necessário para estabelecer um sistema próprio de inspeções militares, incluindo a supervisão de planos para novas bases e sua utilização. Um importante resultado da reunião foi estimular a atividade em cooperação antidrogas dentro da UNASUL. Muitos países da UNASUL expressaram sua firme convicção de que o novo acordo EUA e Colômbia sobre bases militar vão muito além do combate à guerra contra as drogas e a insurgência dentro das fronteiras da Colômbia. Tanto o Departamento de Estado e a maior parte da imprensa dos EUA tentou desviar a atenção dessas implicações regionais. Em 28 de agosto o New York Times relatou:

Em uma reunião em Bariloche, Argentina, os líderes da Venezuela, Equador e Bolívia deixaram clara sua oposição veemente à decisão do presidente Álvaro Uribe, da Colômbia, para ampliar a cooperação com os Estados Unidos para combater o tráfico de drogas e a violência de insurgentes. (NEW YORK TIMES, 2012).

Preocupações levantadas e a percepção de que se expandiu a presença militar dos EUA na região, especialmente para os vizinhos da Colômbia (por exemplo, Venezuela, Equador e Bolívia) dará origem a um maior ceticismo sobre as intenções militares americanas na região. Diante dessas preocupações, o comitê submete o Comandante do Comando Sul a consultar as nações parceiras na região para assegurar que eles estarão cientes das exigências constantes dos EUA para combate robusto ao narcotráfico seja através de detecção aérea ou de operações de reconhecimento. Ocorre que não ficou claro o que os países da UNASUL podem realmente fazer para impedir ou influenciar um acordo entre o governo dos EUA e da

Colômbia. Seja qual for a influência sobre a proposta de acordo atual, o Pentágono e o Departamento de Estado estão agora mais conscientes do que nunca da sensibilidade dos países vizinhos para pactos de defesa bilaterais com a Colômbia (AMORIM, 2011).

Atualmente, a UNASUL também solicitou uma comunicação direta com o Presidente Barack Obama. Se concedido, em algum momento, tal diálogo poderia esclarecer pontos importantes sobre a postura que cabe a cada membro do Bloco com o mundo e vice-versa. Isso poderia, inclusive, desenvolver uma nova consciência para o novo comandante-chefe. Isso poderia iniciar um diálogo que leva a melhorias, a mecanismos mais cooperativos para a concepção de eventuais acordos militares entre Estados Unidos e América do Sul. Vale lembrar que todos os acordos da UNASUL, mesmo o acordo final é por consenso e não vinculativo, que torna fácil a assinatura, mas quase impossível de se aplicar.

É exatamente através destas prerrogativas (aliança Sul-Sul, regional) que o Presidente Lula tem feito uma política de segurança calcada em multilateralidade, postura pouco comum nas administrações anteriores. A agenda de segurança contra narcóticos tem sido discutida através da UNASUL, pois o Brasil entende que para o fortalecimento das estruturas políticas de segurança no combate a problemas de caráter transfronteiriços relacionados à segurança.

O Governo Lula tem sido a base para tal transformação, há uma nova postura frente às questões sul-americanas a partir de então, desde 2008 quando foi aprovado o Tratado Constitutivo da UNASUL, cuja vigência foi ratificada por todos os países em 2011, definindo as metas do organismo, dos quais se destacam: fortalecimento do diálogo político entre os membros, fomentando o desenvolvimento social e econômico que permita erradicar as desigualdades sociais, promoção da integração física e energética e cooperação em áreas como Defesa (MRE, 2013).

A mudança do Governo Cardoso para o de Lula representou algumas mudanças significativas. Como sabemos o partido mudou e com isso mudanças de ideologia de poder também. Como ressalta CERVO (2008) passa a acontecer à transição de um liberalismo híbrido para um sistema de governo que continuará híbrido, mas com viés político de esquerda. Também se verifica a partir daí uma busca de resolução de problemas mais realista e menos liberal. A crença de que o âmbito das negociações internacionais devem se pautar nas Instituições e no Direito Internacional sofre alteração. A nova postura realista calca-se na reciprocidade das relações entre Estados e é desta forma que a aposta se concretiza através do fortalecimento da América do Sul como pólo de poder e plataforma política para o alcance dos interesses brasileiros (SILVA, 2010, p. 165 apud CERVO, 2008).

Um dos objetos político do governo Lula é alcançar para o Brasil um status de potência capacitando o país a ter poder e capacidade de imposição de agenda em questões globais. Há duas estratégias elencadas por HERZ (2011) sobre esta necessidade vigente no governo de Lula que são

“i) atuar como “pêndulo”, aceitando a normatividade dos mecanismos de governança global, ao mesmo tempo em que buscava mudá-los e ii) ressaltar a especificidade da posição e do papel do Brasil. Do ponto de vista identitário, a marca do governo Lula foi usar o “acervo diplomático”, que são os princípios da política externa historicamente construídos pelo Itamaraty, além de buscar se conectar aos países do Sul, sem nunca negar sua identidade ocidental”.

Em discurso de posse, Lula afirmou: “a grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social” (BRASIL, 2003). Portanto, os principais objetivos do governo Lula que ficam claros na consolidação da UNASUL são a busca por estabilidade política, bem-estar das populações e união. A agenda política do grupo tem aí incluído, como aspecto de grande valia para a diplomacia brasileira que é o assunto de cooperação regional para a formação de um sistema de defesa que aí está representada pelo Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS).

O Brasil, assim como outros países da América do Sul, tem demandado, cada vez menos, apoio internacional no tratamento de seus problemas de segurança internos. Há praticamente consenso sobre a visão relacionada às políticas bilaterais entre países da América do Sul e EUA com relação à segurança nacional destes países. Ao contrário do que possa significar tais cooperações elas são vistas como fator de desestabilização política regional. É o caso da Colômbia que se fornece de ajuda norte-americana nos âmbitos de inteligência, fornecimento de armas e formação militar no combate ao terrorismo e narcotráfico.

O interesse dos EUA pelo aumento de políticas bilaterais na área de segurança na região Sul-Americana, de acordo com OLIVEIRA e ONUKI (2000), tem recebido maior atenção do Brasil. Há inclusive políticas coordenadas entre o Brasil, Paraguai e Uruguai desde 1998 com o intuito de neutralização desta força. A região passou a se valer de políticas de segurança para controle de problemas como lavagem de dinheiro, terrorismo, imigração,

comércio de carros, narcotráfico e contrabando havendo também, através de um sistema comum de controle e rastreamento de contrabando de armas, tráfico de drogas e outras atividades ilícitas.

Apesar de não ser objeto desta pesquisa a análise do Governo Rousseff é importante salientar que em posse de seu cargo em 1º de janeiro de 2011 a Presidente Dilma Rousseff, na área de política internacional, se inscreve pela continuidade de Lula. Optando pela integração regional da América do Sul, via UNASUL, que terá por vocação a conversão de políticas e legislações. O Brasil demonstra querer federar os estados do subcontinente para fazer contrapeso à influência americana, ser protagonista na resolução de assuntos que se mostram não mais interestatais, mas sim, transfronteiriços, tornando-se, desta forma, um ator mais relevante na visão de outros atores internacionais. Em termos de se posicionar, por exemplo, sobre assuntos desse caráter o governo Lula demonstrou:

“singular desapareço pela agenda antiterrorista dos Estados Unidos (talvez excessivamente monotemática e marcada pela ênfase militar e repressiva, mas compreensível em vista da dimensão da tragédia), voltando a reafirmar seu entendimento de que o terrorismo pode e deve ser combatido prioritariamente em suas causas sociais – o que em última análise demonstraria ingenuidade de seus serviços de informação ou diplomáticos – e sua esperança de que a agenda de desenvolvimento de países como o Brasil deveria continuar a ostentar a mesma (a rigor) falta de prioridade que antes dos atentados” (ALMEIDA, 2004, p. 168).

Através de uma declaração através da Assembleia Geral da ONU Lula teceu seus comentários:

“existe, hoje, louvável disposição de adotar formas mais efetivas de combate ao terrorismo, às armas de destruição em massa, ao crime organizado. (...) Não podemos confiar mais na ação militar do que nas instituições que criamos com a visão da História e a luz da Razão. (...) O verdadeiro caminho da paz é o combate sem tréguas à fome e à miséria, numa formidável campanha de solidariedade capaz de unir o planeta ao invés de aprofundar as divisões e o ódio que conflagram os povos e semeiam o terror” (ALMEIDA, 2004, p. 168).

A UNASUL reflete essa vontade de se fazer contrapeso à influência Norte-Americano, principalmente com relação ao sistema de política de segurança dos países da América do Sul. “A constituição da UNASUL e a proposta de um Conselho de Defesa Sul-Americano mostram a vontade dos países da região de pertencer a um tipo de integração muito diferente da velha idéia do pan-americanismo”. A aliança política, econômica e militar do hemisfério sul conteve a liderança Norte-Americana que a potência do norte impunhou incansavelmente, com distintas modalidades, desde o final do século XIX (Tradução própria - Texto extraído do site <http://www.viva.org.co/cajavirtual/svc0113/articulo13.pdf>).

Cabe ressaltar outro mecanismo de segurança coletiva relacionada às operações conjuntas destinadas à manutenção da paz como tem sido um dos momentos fortemente caracterizador da força do Brasil que tem usado desde 2004 com muita sapiência e coordenação militar em território haitiano através da United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH) demonstrando sua capacidade militar.

O Brasil no comando de uma missão cuja política externa brasileira tem sido assertiva e bem vista no cenário internacional. Esta continuidade tem sido possível através também do governo Lula, sendo importante fator pela busca de um assento permanente no CSNU. A administração Lula fortaleceu ainda mais a ideia sobre o Brasil como sendo um país contribuinte da paz e da segurança internacionais através da participação militar em Operações como a MINUSTAH (Haiti). Essa postura permite projeção brasileira internacional positiva no principal fórum multilateral de segurança coletiva, ou seja, a Organização das Nações Unidas (ONU)

O governo Lula tem se mostrado importante líder político em direção ao combate de vulnerabilidades políticas do Brasil assim como da região Sul-Americana. Ele tem buscado reduzir as fragilidades do país diante do avanço de estruturas de poder hegemônica, conforme defende SILVA (2010). Não há necessariamente pontos de rupturas significativos na busca de uma maior e positiva projeção do Brasil no cenário internacional. O que há é uma corrente entre os países da América do Sul na busca de menos dependência de potências hegemônicas em suas políticas nacional de segurança e também regional, principalmente no combate às políticas Norte-Americana de combate ao narcotráfico. A construção da UNASUL, hoje dotada de personalidade jurídica internacional, coincidiu com o início da administração Lula, em um momento de priorização deste governo por relações Sul-Sul.

A partir da análise desses dois conjuntos de defesa política de Lula fica clara a busca prioritária por maior independência, autonomia e notoriedade no cenário internacional tendo como linha de fundo a realização na obtenção de uma das vagas permanentes no Conselho de

Segurança da ONU (Idem). A América do Sul passa a funcionar como ambiente de alicerce para sua projeção global de toda ordem. A busca por estreitamento de relações com os países Sul-Americanos tem tomado cada vez maior amplitude, ainda mais depois da formação da UNASUL e adesão de todos os países da região. Nos assuntos de segurança há um relativo distanciamento das políticas projetadas pelos Estados Unidos trazendo o problema do narcotráfico como um problema de ordem regional, fazendo desta forma parte de arranjos globais atípicos.

CONCLUSÃO

Não podemos esquecer que, o final da Guerra Fria marca um momento único para o mundo. O uso de novos mecanismos de segurança coletiva na resolução de assuntos desafiadores para a sociedade internacional, narcotráfico, contraterrorismo, a segurança energética, o comércio, os direitos humanos, bem como a segurança ambiental se inserem na agenda da OEA. A busca por resultados eficazes através da aplicação de políticas conjuntas das Américas, expansão da agenda de segurança, na contenção de problemas que passam desde então a ter caráter global.

As instituições internacionais passam a obter papel efetivo e legítimo em assuntos agora transnacionais onde o Estado lhe confere poder de ação. Estes usos de mecanismos de segurança coletiva para o enfrentamento das questões relacionadas ao narcotráfico, principalmente, tiveram maior vulto nas ações desenvolvidas pelos EUA no Pós-Guerra Fria, o inimigo comum passa a ser outro, ou seja, o comunismo dissipou-se. Até então o que dominava no Brasil e América do Sul eram alianças entre a Grande Potência, EUA e os “subordinados” a ela e nesta ordem eram determinadas políticas para a América do Sul. No Pós-Guerra Fria os mecanismos de segurança para abater o narcotráfico do Continente Americano tiveram vulto através de políticas de segurança desenvolvidas pelos Estados Unidos. O Brasil por sua vez aderiu a diversas Convenções Internacionais na busca por fortalecimento no combate aos ilícitos. Passaram a ser orientados pelas Convenções das Nações Unidas assim como outros instrumentos internacionais levando a obrigações de segurança hemisférica mútuas.

A partir do século XXI há indícios de mudança de direção. Com a chegada à presidência do Brasil de Luis Inácio Lula da Silva passa a ser verificado, nas relações internacionais, como momento de novos posicionamentos políticos, principalmente através da UNASUL e seu ativismo internacional multilateral com foco nas relações com os países da América do Sul. O Governo Lula tem uma disponibilidade marcante de valorização do multilateralismo com o desejo de se fortalecer contra política externa unipolar dos Estados Unidos com países da América do Sul.

Uma de suas primeiras indicações foi a não consideração de grupos como organizações terroristas. Esta afirmativa poderia ainda se desdobrar em transbordamento, ou seja, as políticas do Plano Colômbia poderiam trazer para o território a possibilidade de transbordamento das “guerrilhas” para dentro do território nacional e assim, subsequentemente eventual intervenção estrangeira na região levando a ingerência de seus

assuntos internos. Este mesmo plano levantou dúvidas entre demais líderes latino-americanos que através da UNASUL expressaram sua preocupação. A partir deste momento a UNASUL serviu como política de contenção de mecanismos de segurança norte-americanos a favor da manutenção da integridade territorial de todos os países da América do Sul.

O Governo Lula cada vez mais foi se fortalecendo na confiança mútua entre os países latino-americanos e a possibilidade de um sistema de defesa e segurança. Desta forma e com esta necessidade surge a UNASUL e o CDS que se caracteriza como a tentativa de estabelecer uma comunidade de segurança. Portanto, o teor mais preciso de cooperação sul-americano tem maior respaldo político do que econômico.

Desta forma a política de Lula encontra na formação do Bloco personalidade jurídica e identifica nele a possibilidade de ganhos coletivos, mas também individuais, Uma maior projeção internacional, por ser também caracterizado como um líder regional. O aumento de sua representatividade em órgãos multilaterais possibilita uma maior pressão externa para a possibilidade de conquistar um assento permanente no Conselho de Segurança (CSNU).

A formação do Bloco UNASUL é o carro chefe na contenção de possíveis ingerências Norte-Americana, é uma forma de dizer não a determinadas políticas de segurança que podem levar à ameaça da soberania destes países e de sua integridade. Através da integração em torno da UNASUL o Brasil, sob o comando do Presidente Lula demonstrou em vários momentos divergir a políticas de segurança dos Estados Unidos para a América do Sul com relação à contenção do narcotráfico. Diversificou de forma incomum aos Governos anteriores, suas relações com países do Eixo Sul, BRICs e América do Sul. Promoveu como medida de segurança, em uma das cláusulas do CDS busca por maior transparência através de medidas promotoras de confiança e segurança de uma forma que seja complementar aos meios existentes utilizados no âmbito da OEA, ou seja, através do Conselho de Defesa Sul-Americana o viés principal conquistado pelo Presidente Lula é autonomia em assuntos de segurança, projeção internacional positiva e nesse sentido o Conselho de Defesa Sul-Americano possui significativa relevância. A questão que fica para reflexão é: O bloco UNASUL e o Conselho de Defesa Sul-Americano dão conta de demonstrar que o Governo Lula, de fato, teve posicionamentos divergentes aos conceitos e aplicações de segurança para a América do Sul? Como o assunto não foi aqui trabalhado a exaustão quem sabe um trabalho mais amplo em suas investigações teóricas responderá. Uma coisa pode ser confirmada. A formação tanto do Bloco UNASUL e do Conselho de Defesa Sul-Americano acabam refletindo a lógica de uma afirmativa. Este último caracterizando-se como foi tratado no desenvolvimento desta monografia como a tentativa de estabelecer uma comunidade de

segurança regional, trazendo ao bloco, assuntos que antes só podiam ser tratados através de mecanismos de segurança coletiva como o TIAR e a OEA.

REFERÊNCIA

ALEXANDRE, Diego O. A.; DE VILHENA, Manuela V.; MENDONÇA, Marina Prati de A.; DA CUNHA, Raphaela A. **Organização dos Estados Americanos: Dinâmicas, Estratégias e políticas do combate ao narcotráfico nas Américas**. Rio De Janeiro, 2013.

AMORIM, Celso. **A diplomacia multilateral do Brasil: Um tributo a Rui Barbosa**. Brasília, 2007.

BANDEIRA, Luiz A. M. **O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na sua política exterior**. Revista Espaço Acadêmico, nº 91, dezembro de 2008.

BANDEIRA, Luiz A. M. **Brasil, Argentina e Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BERTAZZO, Juliana. **A nova agenda internacional de segurança põe a democracia brasileira em risco?**. *Rev. Bras. Polít. Int.* 50 (2): 25-41. Campina, 2007.

BONILLA, Adrián. **Una agenda de Seguridad Andina**. FLACSO-CAF. Quito, 2002.

BONILLA, Adrián. **“Escenarios de seguridad y defensa en los países andinos”**. La seguridad en América Latina pos 11 de Septiembre, Francisco Rojas, (ed.). Caracas: Wilson Center, FLACSO Chile, Nueva Sociedad, 2003.

BRASIL. **Política externa baseada em não-intervenção, multilateralismo, direitos humanos e paz**. Brasília: Blog do Planalto, 03 Fev. 2011. Disponível em <http://blog.planalto.gov.br/politica-externa-baseada-em-nao-intervencao-multilateralismo-direitos-humanos-e-paz/> acessado em 07 Abr. 2014.

BRIGOLA, Higor F.; ALBUQUERQUE, Edu S.; **As principais diretrizes da agenda de segurança nacional brasileira no pós-guerra fria: as questões ambientais e o tráfico de ilícitos**. *Rev. de Geopolítica*, Natal – RN, v.3, nº 1, p. 78-95, jan./jun. 2012.

CARDOSO, Fernando H.. **A política externa do Brasil no início de um novo século: uma mensagem do Presidente da República**. *Rev. Bras. Polit. Int.* 44 (1): 5-12 [2001].

CASTRO, Celso. **As Forças Armadas brasileiras e o Plano Colômbia**. Ed. FGV, Rio de Janeiro, 2006.

CEPALUNI, Gabriel; VIGEVANI, Tullo. **A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação**. Rio de Janeiro, vol. 29, nº2, julho/dezembro 2007, p. 273-335.

DETOFOL, Eduardo; CHO Paulina. **Narcotráfico na América do Sul: Histórico e Plano Colômbia**. Núcleo de Estudos Internacionais. Publicado em 17 de agosto de 2010. Disponível em: <http://neiarcdas.wordpress.com/2010/08/17/narcotrafico-america-do-sul/>. Acessado em 15 de fevereiro de 2014.

DE OLIVEIRA, Amâncio Jorge; ONUKI, Janina. **Brasil, Mercosul e a segurança regional**. Rev. Bras. Polít. Int. 43 (2): 108-129 [2000].

DE PÁDUA, Adriana S.. "ALBA-TCP: uma cultura de integração regional alternativa para a América Latina?". Disponível em: <http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/Historia/adriana.pdf>. Acessado em 01 Jan. 2014.

DREGER, Fabrício B.. **Integração na América do Sul: A Unasul e o Conselho de Defesa Sul-Americano**. Porto Alegre, 2009.

FILHO, Argemiro Procópio; VAZ, Alcides Costa. **O Brasil no contexto do narcotráfico internacional**. Rev. Bras. polít. int. vol.40. Nº1. Brasília. Jan./Jun. 1997.

GEHRING, Marcos Roberto. **O BRASIL NO CONTEXTO DOS ACORDOS E POLÍTICAS INTERNACIONAIS PARA O COMBATE ÀS DROGAS: DAS ORIGENS À ATUALIDADE**. Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília, Edição 10, 2012.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

GUZZI, André Cavaller. **As Relações EUA-América Latina: Medidas e Consequência da Política Externa Norte-Americana para Combater a Produção e o Tráfico de Drogas Ilícitas**. São Paulo. 2008. 132 p.

HERZ, Monica, **Política de segurança dos EUA para a América Latina após o final da Guerra Fria**. São Paulo, v.16, nº46, setembro/dezembro 2002.

JÚNIOR, A. W. M. TEIXEIRA. **Segurança Sul-Americana e a Centralidade do Conselho de Defesa Sul-Americano para a Ordem Regional**. Meridiano 47 n. 117, abr., p. 15 a 17, 2010.

LESSA, Antônio C.; COUTO, Leandro F.; FARIAS, Rogério de S.. **Distanciamento versus Engajamento: Alguns Aportes Conceituais para a Análise da Inserção do Multilateralismo Brasileiro (1945-1990)**. Revista CONTEXTO INTERNACIONAL – vol. 32, n. 2, julho/dezembro 2010.

LEÓN, Eusébio M; GONZÁLEZ Alejandro. **A relação Estados Unidos-Brasil: perspectivas para uma parceria**. Rev. Relações Internacionais, pp. 059-081, 2011. Disponível em <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/ri/n29/n29a05>. Acessado em 29 de abril de 2014.

LOPES, Paulo César C. **INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA: situação atual e perspectivas**. Rio de Janeiro. 2011.

MAIOR, Souto L. A. P.. **Brasil-Estados Unidos: desafios de um relacionamento assimétrico**. Rev. bras. polít. int. [online]. 2001, vol.44, n.1, pp. 55-68.

MOURA, Gerson. **RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL 1939-1950: Mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos e após a Segunda Guerra Mundial**. Brasília. 2012

MIYAMOTO, Shiguenoli. **O Brasil e as negociações multilaterais**. Rev. Bras. Polít. Int. 43

(1): 119-137 [2000].

OSTOS, Maria del Pilar; VILLA, Rafael Duarte. **As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança.** Rev. Bras. Política. Int. 48 (2): 86-110 (2005)

PINHEIRO, Letícia; HIRST, Monica. **A política externa do Brasil em dois tempos.** Rev. Bras. Polít. Int. 38 (1): 5-23 [1995].

RODRIGUES, Thiago. **Narcotráfico e Militarização nas Américas: Vício de Guerra.** São Paulo Perspec. Vol.16. Nº2. São Paulo Abril/Junho, 2002.

SANTOS, Udson Augusto Lima. **Globalização do narcotráfico: a influência das convenções internacionais sobre drogas no âmbito da ONU para o combate às drogas e as políticas públicas brasileiras.** Centro Universitário de Brasília. Brasília – DF. 2010.

SANTOS, Udson Augusto Lima. **A globalização do narcotráfico: a influência das convenções internacionais sobre drogas no âmbito da ONU para o combate às drogas e as políticas públicas Brasileiras.** 2011.

SARAIVA, Miriam G.. **Política externa brasileira: As diferentes percepções sobre o Mercosul.** Rev. Civitas, vol. nº 1, p. 45-62, jan.-abr. 2010.

SARDEMBERG, Ronaldo Mota. **"Brasil, política multilateral e Nações Unidas"**. Estudos avançados 19.53 (2005): 347-367.

SILVA, Ana P. R.. **O COMBATE AO NARCOTRÁFICO NA AMÉRICA DO SUL NO PÓS-GUERRA FRIA: UM ESTUDO DAS RELAÇÕES ESTADOS UNIDOS-BRASIL DE 1993 A 2008.** 2012. 43f. Monografia. Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SOUZA, Bruno M.. **Breve balanço da Política Externa do Governo Lula para a América do Sul.** Revista Mundorama, 2011. Disponível em: <http://mundorama.net/2011/01/12/breve-balanco-da-politica-externa-do-governo-lula-para-a-america-do-sul-por-bruno-mendelski-de-souza/>. Acesso em 20 de janeiro de 2014.

VIGGIANO, Juliana L.. **Política externa: Passado e presente.** Rev. de Sociol. Polít. nº 19: 145-148 Nov. Curitiba, 2002.

VILLA, Rafael A. D. **A QUESTÃO DEMOCRÁTICA NA AGENDA DA OEA NO PÓS-GUERRA FRIA.** ReV. Sociol. Polít. Curitiba, 20, p. 55-68, jun. 2003.

VILLA, R. A. D. . **EUA-América do Sul: dinâmicas do complexo de segurança regional.** In: Marcos Cepik. (Org.). **Segurança Internacional: práticas, tendências e conceitos.** 1 ed. São Paulo: Hucitec, 2010, v. 1, p. 15-53.

VILLA, R. A. D. ; VIANNA, M. T. . **Security issues during Lula's administration: from the reactive to the assertive approach.** Revista Brasileira de Política Internacional (Impresso), v. 53, p. 91-114, 2010.

VILLA, R. A. D.; OSTOS, Maria Del P.. **As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança.** Ver. Bras. Polít. Int. 48 (2): 86-110 [2005].